CONSULTORIA LEGISLATIVA

AGENDA DE SAÚDE EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM OUTUBRO DE 2017

Fábio de Barros Correia Gomes
Consultor Legislativo da Área XVI
Saúde Pública e Sanitarismo

ESTUDO TÉCNICO

DEZEMBRO DE 2017

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu autor.

© 2017 Câmara dos Deputados.
Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.
O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).

SUMÁRIO

1. Introdução 4
2. Metodologia..... 4
3. Temas de saúde em tramitação na Câmara dos Deputados 6
3.1 Propostas de Fiscalização e Controle (PFC)..... 7
3.2 Projetos de Decreto Legislativo (PDC)..... 8
3.3 Propostas de emenda à Constituição (PEC)..... 9
3.4 Projetos de lei complementar (PLP)..... 15
3.5 Projetos de Lei Ordinária (PL)..... 19
4. Conclusões..... 29
Apêndice 1 – Dados usados na produção dos gráficos 31
Apêndice 2 – Listagens de proposições selecionadas, por tipo de proposição 48

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa apresenta os temas relacionados à saúde de proposições em tramitação nas comissões e plenário da Câmara dos Deputados em outubro de 2017.[1] Trata-se de reaplicação de metodologia utilizada anteriormente (em 2014[2] e 2016[3]) e, do mesmo modo, oferece uma "fotografia" da "agenda da saúde" em tramitação nessa Casa, relevante para as funções de legislar e de fiscalizar.

A próxima seção apresenta a metodologia adotada e a seguinte, gráficos e considerações sobre achados de maior destaque quanto a temas de saúde associados a cada um dos tipos de proposição legislativa pesquisados: a proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto de lei complementar (PLP), o projeto de lei ordinária (PL), a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC). Na quarta seção são apresentadas as conclusões da pesquisa.

O apêndice 1 apresenta as tabelas com dados utilizados como fontes para os gráficos e o apêndice 2, as listagens das proposições consideradas como estruturantes em cada um dos tipos.

2. METODOLOGIA

Os dados foram coletados por meio do Sistema de Informações Legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), em sua versão para a Intranet (que dispõe de mais variáveis que a versão para a Internet, inclusive uma sobre os macrotemas associados à proposição).

Foram obtidos dados sobre todas as proposições relacionadas à saúde (assim identificadas no Sileg, a partir de indexação realizada pelo Centro

[1] Essa pesquisa é produto de licença capacitação do autor na Câmara dos Deputados e desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Legislativo e Política de Saúde (GPE-Saúde), contando com a supervisão de um de seus membros, Cláudio Viveiros de Carvalho.

[2] O estudo referente a 2014 está disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema19/2014_6096.pdf.

[3] O estudo referente a 2016 está disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_392_agenda-de-saude-em-tramitacao-na-cd_fabio-barros-correia-gomes.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

de Documentação e Informação – CEDI – da Câmara dos Deputados) que podem modificar leis ou a Constituição Federal e que tramitam na Câmara dos Deputados, incluindo: a proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto de lei complementar (PLP) e o projeto de lei ordinária (PL).[4] Também foram incluídas nas análises tipos de proposição relevantes para a função fiscalizatória da Câmara na área da saúde: a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC).

Também foram coletadas as proposições recuperadas por meio da opção de busca textual,[5] oferecida pelo Sileg Intranet, para os termos "saúde" ou "hospital" ou "doença" ou "medicamento". Tal aperfeiçoamento metodológico foi o mesmo utilizado nos estudos realizados em 2014 e em 2016, de modo a ampliar a captação de proposições.

O banco de dados da pesquisa possui informações sobre cada proposição legislativa relacionada à saúde em tramitação na Câmara, em **02 de outubro de 2017**. Há informação sobre: tipo e identificação da proposição; autoria da proposição; data de apresentação; comissões para as quais foi despachada; regime (por exemplo, urgência, especial) e tipo de apreciação (conclusiva pelas comissões ou pelo Plenário); situação e local atual de tramitação.

Todas as proposições coletadas foram, então, classificadas segundo tipologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Legislativo e Política de Saúde (GPE-Saúde), para um maior detalhamento de temas e subtemas da saúde.[6] Os dados foram submetidos à análise descritiva, dos conteúdos temáticos e do fluxo de tramitação na Casa.

---

[4] A medida provisória não foi incluída, devido a seu rápido fluxo de deliberação.

[5] A busca textual foi adotada a partir de sugestão de Luiz Cláudio Pires Santos e Thiago Alexandre Melo Matheus, contudo as palavras chaves adotadas na busca foram identificadas pelo autor em função de estudos prévios.

[6] A versão atual da classificação consiste numa revisão da publicada por CARVALHO, C V, GOMES, F B C, LUCCHESE, e G, TEIXEIRA, L S. Manual para classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde. Brasília, Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8330/manual_GPE_saude.pdf?sequence=3.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Na análise, foi priorizada a descrição das características agregadas dos temas e locais de tramitação de cada tipo de proposição, por meio de gráficos, elaborados a partir das tabelas apresentadas no apêndice 1. A análise temática considerou apenas a primeira classificação registrada, em que pese o banco de dados permitir registro de até 5 subtemas.

As listagens do apêndice 2 foram elaboradas por meio de critérios que variaram segundo os tipos de proposição. No caso das PFC, foram usados critérios de necessidade (de uma lei), de oportunidade (no sentido de ainda ser oportuna a aplicação de uma lei) e de potencial para impacto nacional; para os PDC, PEC e PLP, foram usados critérios de necessidade, oportunidade e de potencial para estruturar uma política pública de saúde. Para os PL foi usado o potencial para estruturar uma política. A partir das listagens desse apêndice, são destacados na seção 3 os assuntos considerados mais relevantes, considerando o mérito para impactar positivamente as políticas de saúde.

3. TEMAS DE SAÚDE EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Inicialmente, são apresentados resultados referentes aos tipos de proposição associados à fiscalização (PFC, PDC), seguindo-se os associados à produção de normas legais (PEC, PLP, PL).

O gráfico 1 mostra que o PL foi o tipo de proposição mais prevalente e que os diversos tipos de proposição apresentavam variação na distribuição dos temas de saúde. Por exemplo, para os PL e os PDC, o tema sobre prevenção foi mais frequente; enquanto que para os PLP o mais frequente foi o sobre direitos e responsabilidades; e para as PEC e os PFC, destacou-se o tema sobre gestão e recursos. As seções seguintes detalham os achados para cada tipo de proposição.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

3.1 Propostas de Fiscalização e Controle (PFC)

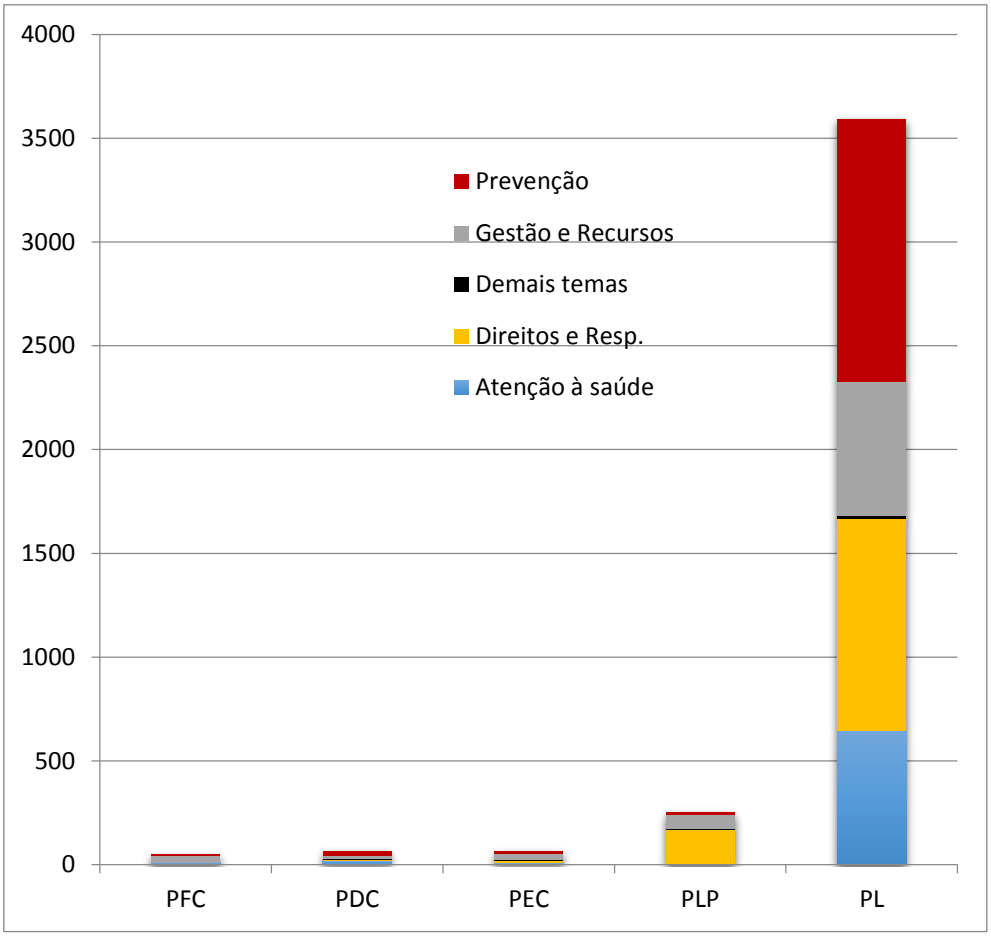
Em 02/10/17 havia 49 PFC relacionadas à saúde tramitando na Câmara, sendo que uma delas foi de autoria de comissão (a de Direitos Humanos e Minorias) e as demais, de deputados. Foram apresentadas entre 2005 e 2017 (gráfico 2). O subtema mais frequente (53,1%) relaciona-se com o financiamento da saúde (gráfico 2).

Todas apresentavam tramitação ordinária e estavam sujeitas apenas à apreciação interna nas comissões. Os locais que concentraram o maior número de PFC relacionadas à saúde em tramitação foram: a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC – e a Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF (gráfico 3). Apenas 3 PFC estavam prontas para a pauta (6,1%), sendo 2 na CSSF e uma na Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM.

Utilizando-se os critérios de necessidade (de uma lei), de oportunidade e de potencial para impacto nacional, foram selecionadas 14 proposições, listadas no apêndice 2. Há vários assuntos relevantes em tramitação, destacando-se como mais relevantes fiscalizações relacionadas a: próteses e órteses no SUS; saúde indígena; sífilis; tuberculose; epidemia do crack; planos de saúde; recursos do DPVAT; Programa Mais Médicos; contaminação pelo chumbo, abatedouros; e segurança de medicamentos.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Gráfico 1. Distribuição de temas da saúde, segundo tipos de proposições em tramitação na Câmara dos Deputados em outubro de 2017.



Fonte: Tabelas 1, 3, 5, 7, 9 (apêndice 1), elaboradas a partir de dados do SILEG.

3.2 Projetos de Decreto Legislativo (PDC)

Em 02/10/17 havia 68 Projetos de Decreto Legislativo (PDC) relacionados à saúde tramitando na Câmara de autoria de: deputados (94,1%), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (4,4%) e do Senado Federal (1,5%).

O tema mais frequente (33,8%) foi o de prevenção (gráfico 4) e o local de tramitação mais destacado foi a CSSF (45,6%), onde havia 7 proposições prontas para a pauta (gráfico 5). Havia apenas um PDC pronto para pauta no Plenário da Câmara, o qual foi apresentado em 1985 (sobre pecúlio parlamentar).

Utilizando-se os critérios de necessidade (de uma lei), de oportunidade e de potencial para estruturar uma política pública de saúde, foram selecionadas 18 proposições, listadas no apêndice 2. Entre essas, destacam-se como mais relevantes fiscalizações relacionadas a: uso de asbesto; regulamento de ensaios clínicos; preços de medicamentos; equipes de saúde da família; comércio ilícito de tabaco; e despesas do Programa Mais Médicos.

3.3 Propostas de emenda à Constituição (PEC)

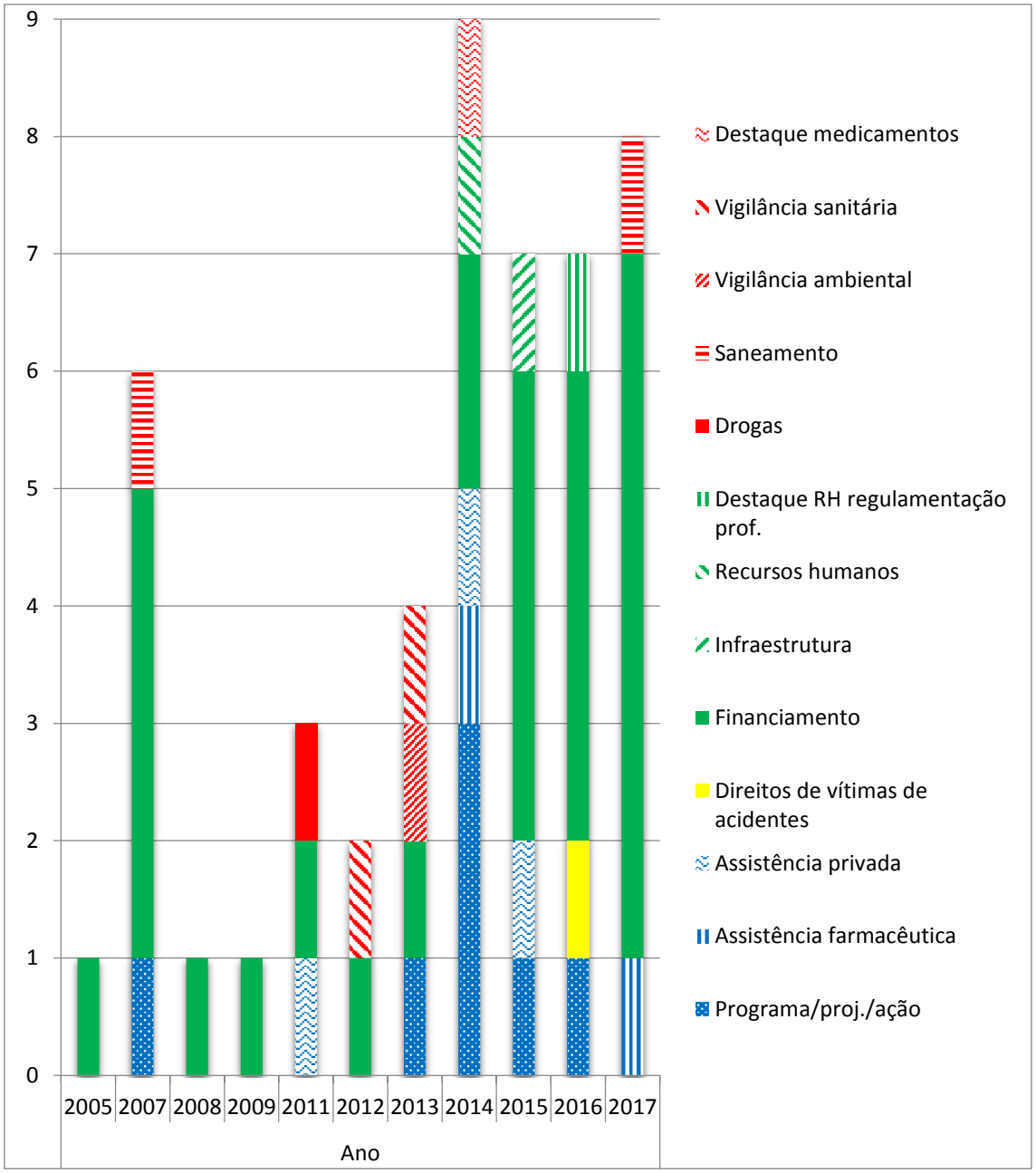
Em 2/10/17 havia 66 PEC relacionadas à saúde tramitando na Câmara, quase todas de autoria de deputados (apenas três do Senado e uma do Executivo), apresentadas entre 1995 e 2015 (gráfico 6). Os temas mais frequentes foram os relacionados à gestão (48,5%), sendo a maioria destes sobre o financiamento da saúde.

Segundo as regras regimentais, todas as PEC tramitam em regime especial (não sendo admitida a urgência) e devem ser apreciadas pelo Plenário. O local que concentrou o maior número de PEC em tramitação (28,8%) foi a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) (gráfico 7). Vinte PEC encontravam-se prontas para pauta, sendo 06 delas no Plenário. Vinte e quatro PEC (36,4%) tinham como designação de local a expressão “apensada”, o que indica um registro inadequado no Sileg, pois seria esperado a indicação de um local e não da situação de tramitação.

Utilizando-se os critérios de necessidade (de uma lei), de oportunidade e de potencial para estruturar uma política pública de saúde, foram selecionadas 29 proposições, listadas no apêndice 2. Entre essas, destacam-se como mais relevantes as propostas relacionadas a: serviço civil obrigatório para médicos; ressarcimento ao SUS em casos de crimes dolosos; carreira de médico; programas de metas de entes federados; redução de impostos sobre medicamentos; recursos para a saúde; despesas com pessoal da saúde; varas de saúde pública; e recursos para saneamento.

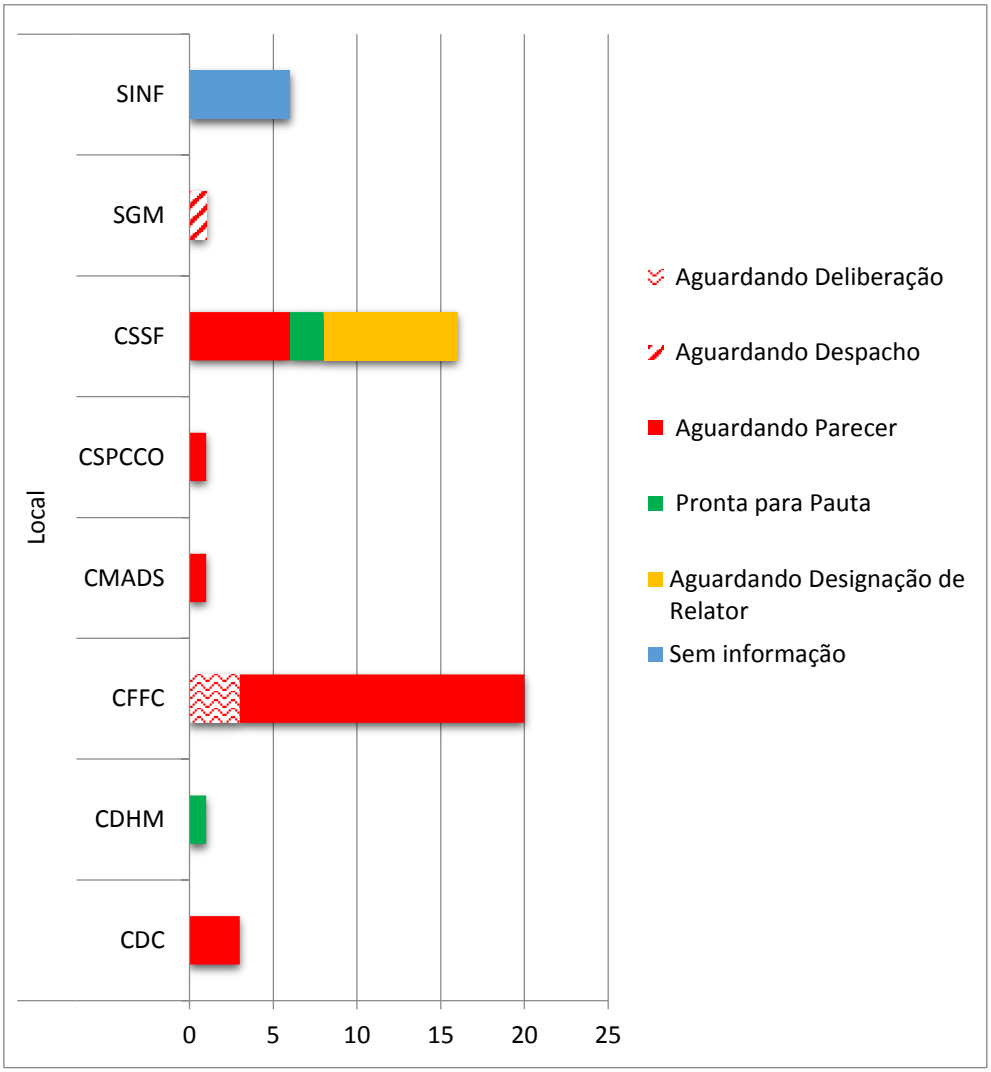
O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Gráfico 2. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 49 PFC em tramitação na Câmara dos Deputados em outubro de 2017, por ano de apresentação



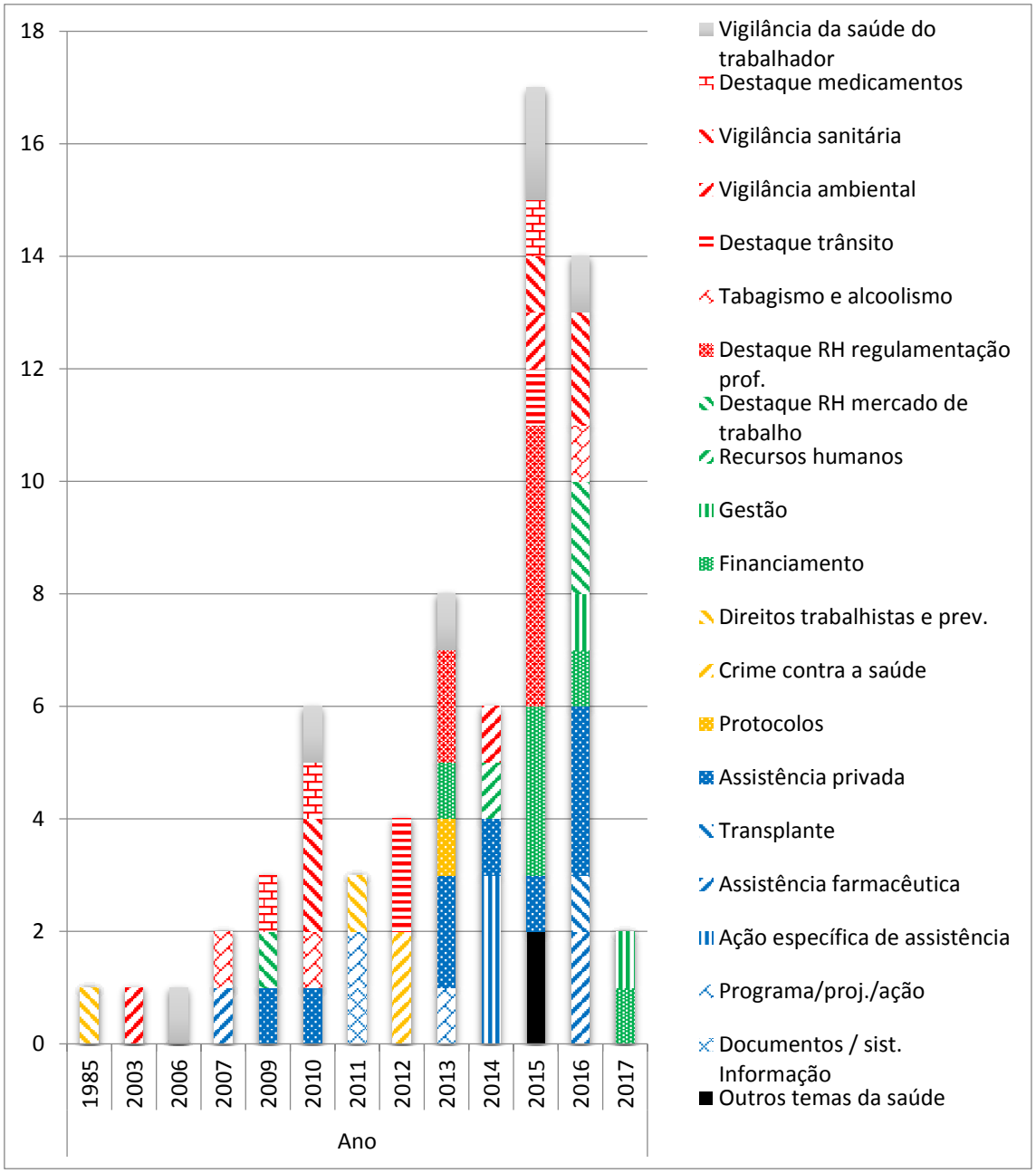
Fonte: Tabela 1 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 3. Distribuição de situação de 49 PFC da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em outubro de 2017.



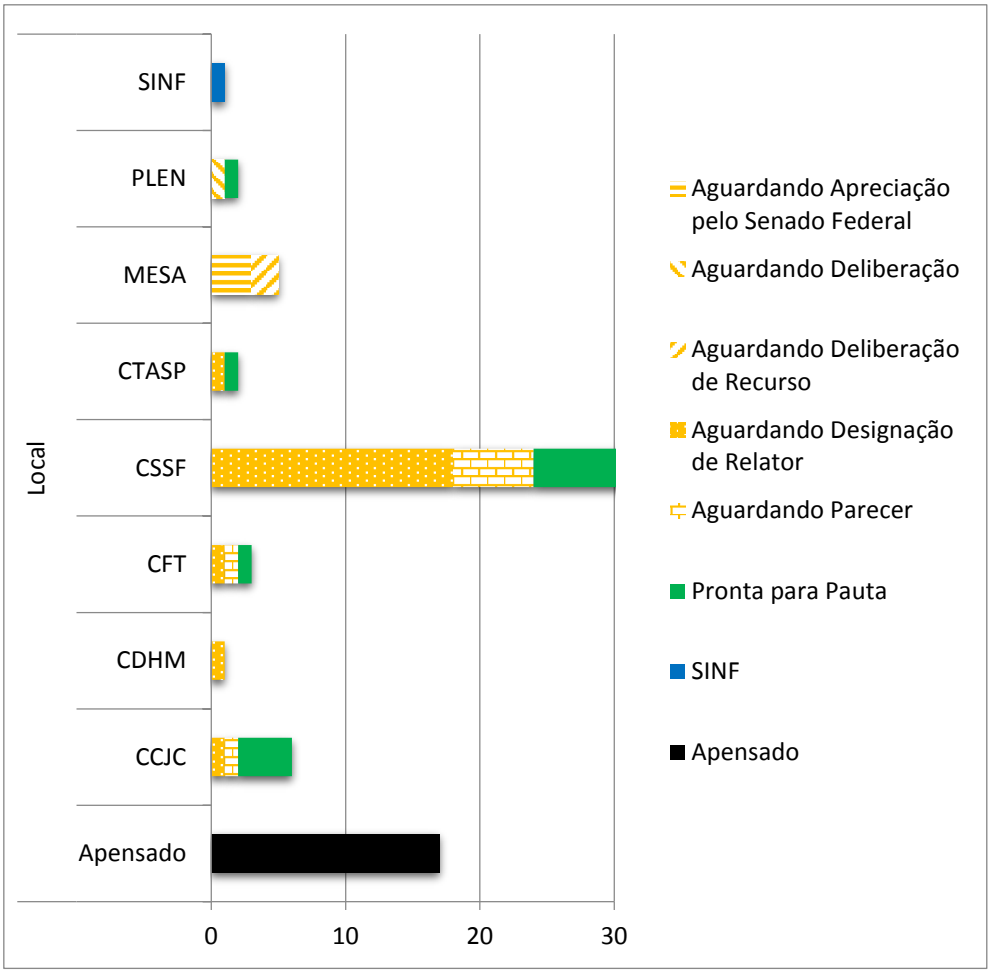
Fonte: Tabela 2 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 4. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 68 PDC em tramitação na Câmara dos Deputados em outubro de 2017, por ano de apresentação.



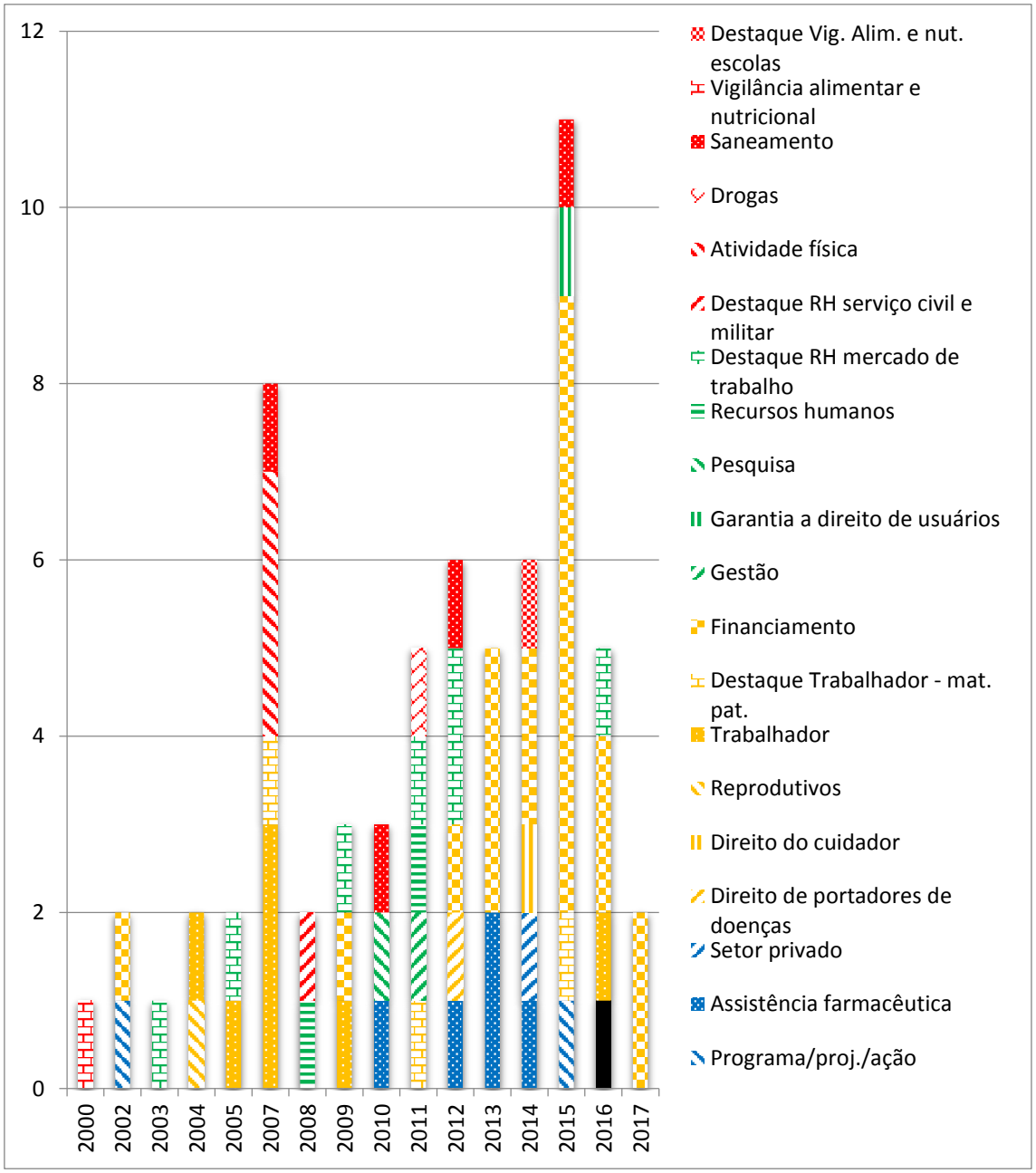
Fonte: Tabela 3 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 5. Distribuição de situação de 68 PDC da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em outubro de 2017.



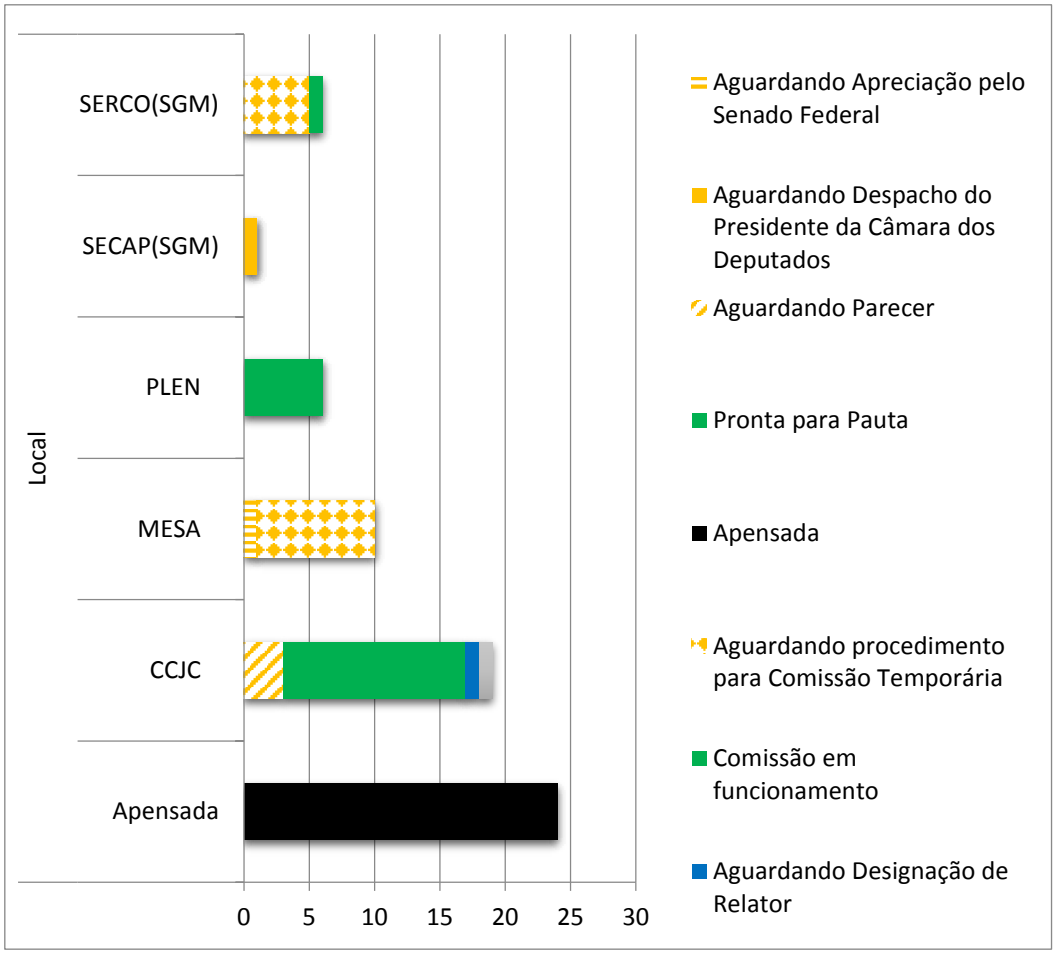
Fonte: Tabela 4 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 6. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 66 PEC em tramitação na Câmara dos Deputados em outubro de 2017, por ano de apresentação.



Fonte: Tabela 5 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 7. Distribuição de situação de 66 PEC da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em outubro de 2017.



Fonte: Tabela 6 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

3.4 Projetos de lei complementar (PLP)

Em 02/10/17 havia 253 PLP relacionados à saúde tramitando na Câmara (gráfico 8), quase todos de autoria de deputados (cinco de comissões, três do Executivo e quatro de senadores). Um deputado foi autor de 115 PLP abordando direitos trabalhistas, o que tornou esse subtema o mais frequente (63,2%), seguido por financiamento da saúde (22,5%).

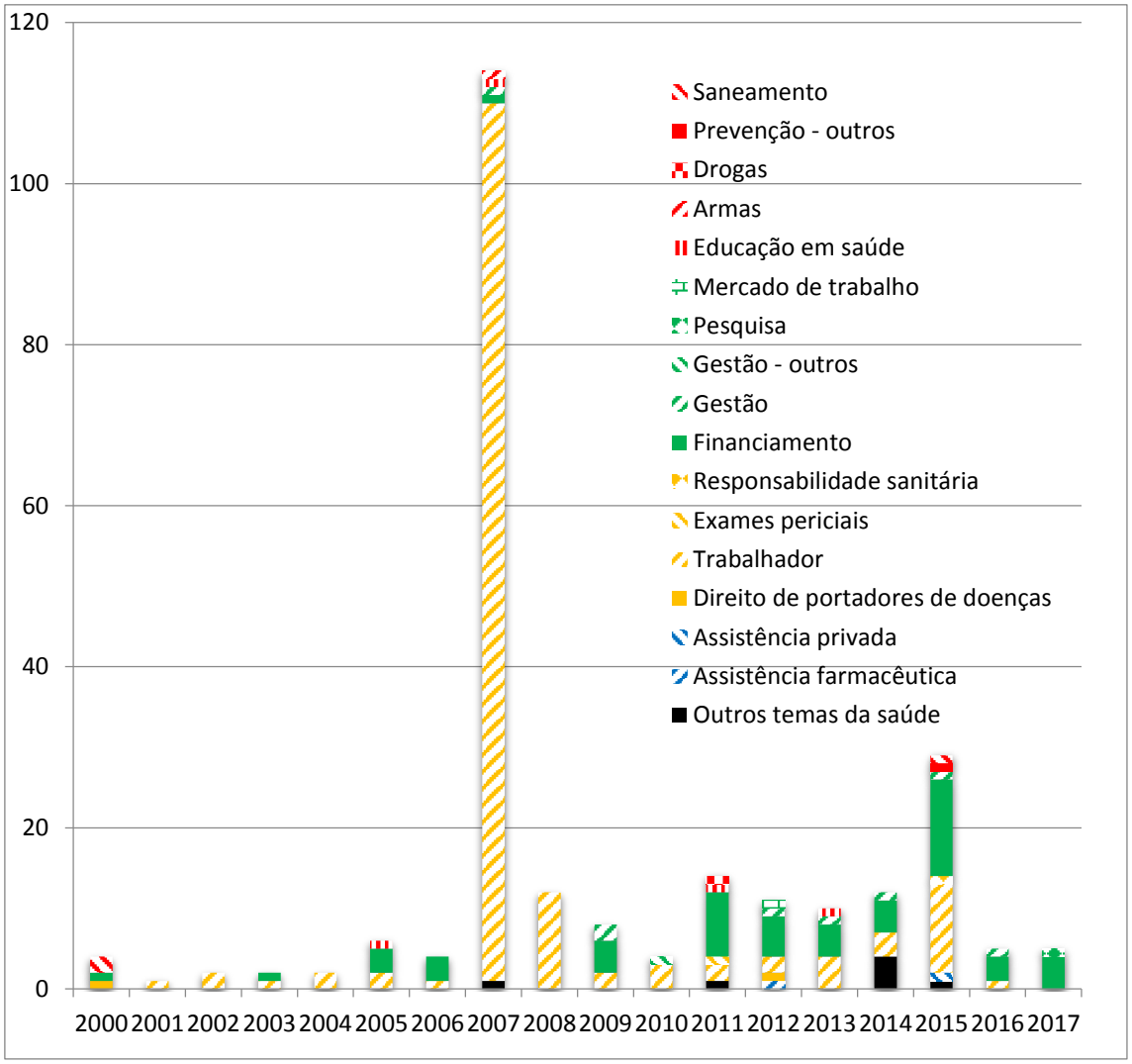
Havia 29 PLP (11,5%) que tramitavam em urgência. Todos os PLP, por força regimental, devem ser apreciados pelo Plenário. O local que concentrava o maior número de projetos em tramitação foi a Comissão de Finanças e Tributação – CFT (gráfico 9). Contudo o registro inadequado de

“apensada” (83% dos PLP eram proposições apensadas.), como se fosse um local, no Sileg prejudica a análise dessa variável. Na Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF -, havia 11 proposições tramitando, estando três delas pronta para a pauta. Havia três PLP prontos para pauta no Plenário.

Utilizando-se os critérios de necessidade (de uma lei), de oportunidade e de potencial para estruturar uma política pública de saúde, foram selecionadas 46 proposições, listadas no apêndice 2. Entre essas, destacam-se como mais relevantes as propostas relacionadas a: despesas com publicidade; recursos para a saúde; despesas com pessoal da saúde; contingenciamento de despesas; fundação estatal; indicador de iniquidade; responsabilidade social; responsabilidade sanitária; compras na saúde; metas sociais; recursos e normas de cooperação para saneamento.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Gráfico 8. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 253 PLP em tramitação na Câmara dos Deputados em outubro de 2017, por ano de apresentação.



Fonte: Tabela 7 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 9. Distribuição de situação de 244 PLP da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em outubro de 2017.

Fonte: Tabela 8 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

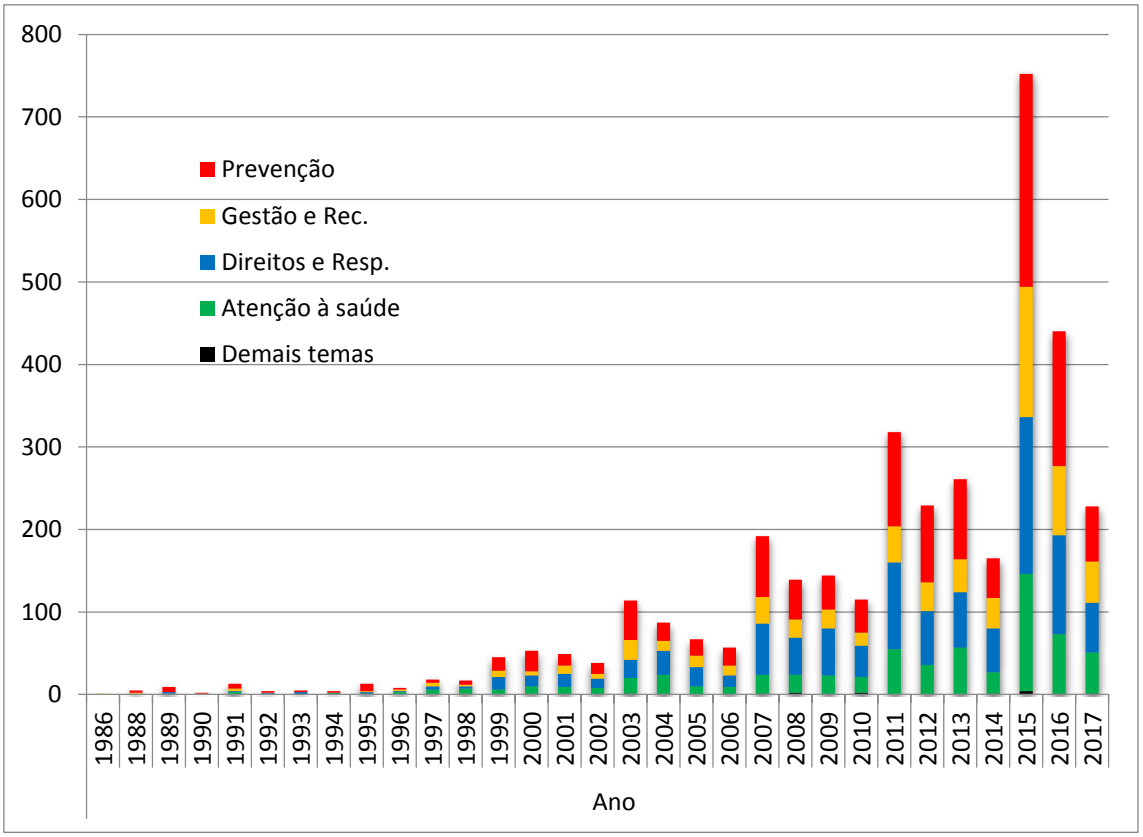
3.5 Projetos de Lei Ordinária (PL)

Em 02/10/17 havia 3.592 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde registrados como tramitando na Câmara. O gráfico 10 indica que 92,1% desses PL foram introduzidos na Câmara desde 2003. Os temas mais frequentes foram: prevenção (35,2%), direitos e responsabilidades (28,5%), atenção à saúde (18%) e gestão e recursos (18%).

O gráfico 11 detalha os subtemas mais frequentes. Entre os PL em tramitação com tema de prevenção, destacaram-se: vigilância sanitária (26,2% dos PL deste tema, sendo que 31,4% deles abordavam medicamentos); e vigilância à saúde do trabalhador (14,4% dos PL deste tema). Entre os PL em tramitação com tema de direitos e responsabilidades, destacaram-se: direitos de portadores de doenças (30,5% dos PL deste tema) e direitos trabalhistas e previdenciários (21,9% dos PL deste tema). Entre os PL em tramitação com tema de atenção à saúde, destacaram-se: programas e ações de saúde (63,8% dos PL deste tema) e assistência privada (25,5% dos PL deste tema). Entre os PL em tramitação com tema de gestão e recursos, destacaram-se: recursos humanos (32,2% dos PL deste tema, sendo que 44,7% deles abordavam o mercado de trabalho), gestão (27,2% dos PL deste tema) e financiamento da saúde (26,6% dos PL deste tema). Apenas 12 PL em tramitação foram considerados como “outros” temas da saúde (0,3% do total).

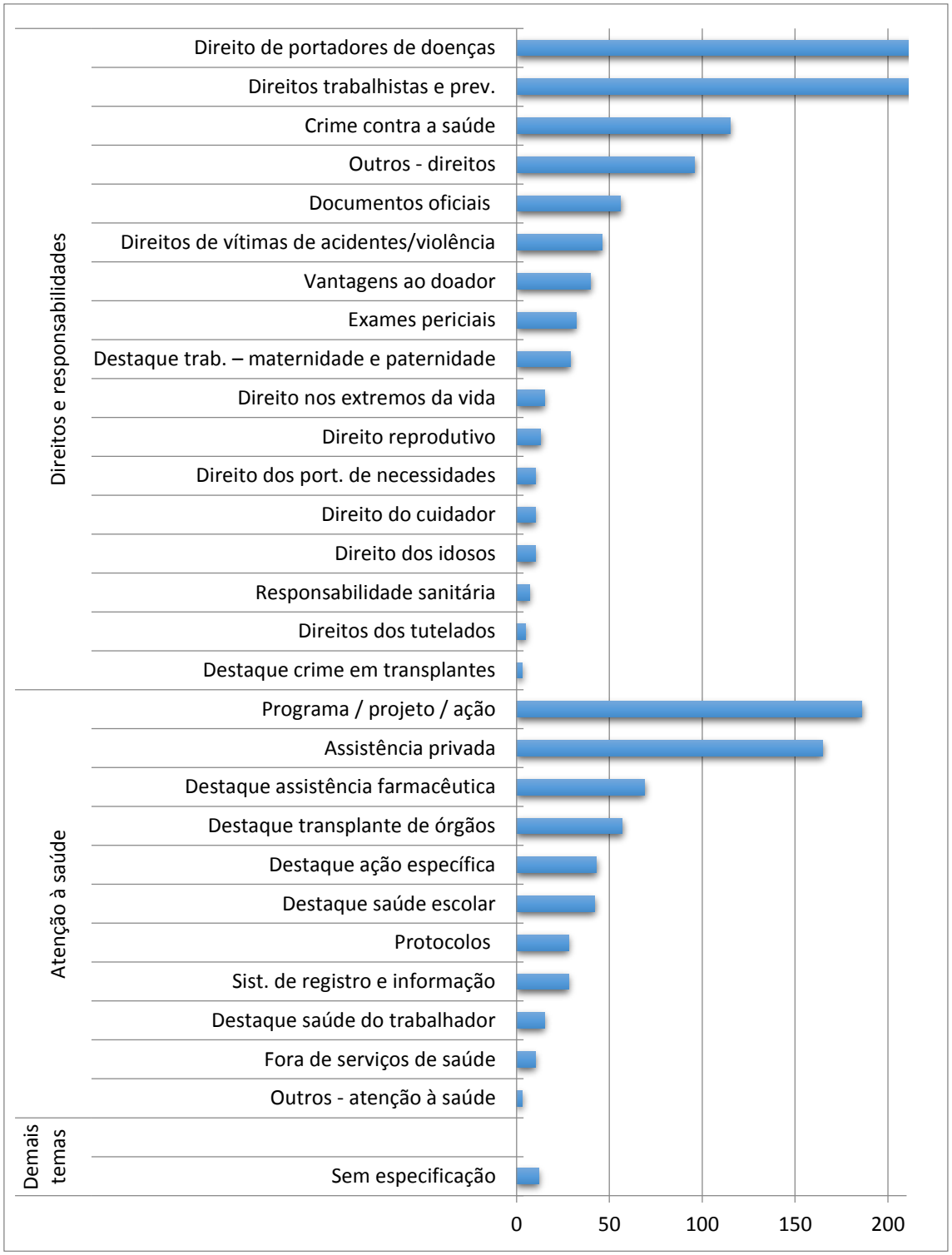
O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Gráfico 10. Distribuição de temas da saúde de 3.592 PL em tramitação na Câmara dos Deputados em outubro de 2017, por ano de apresentação.



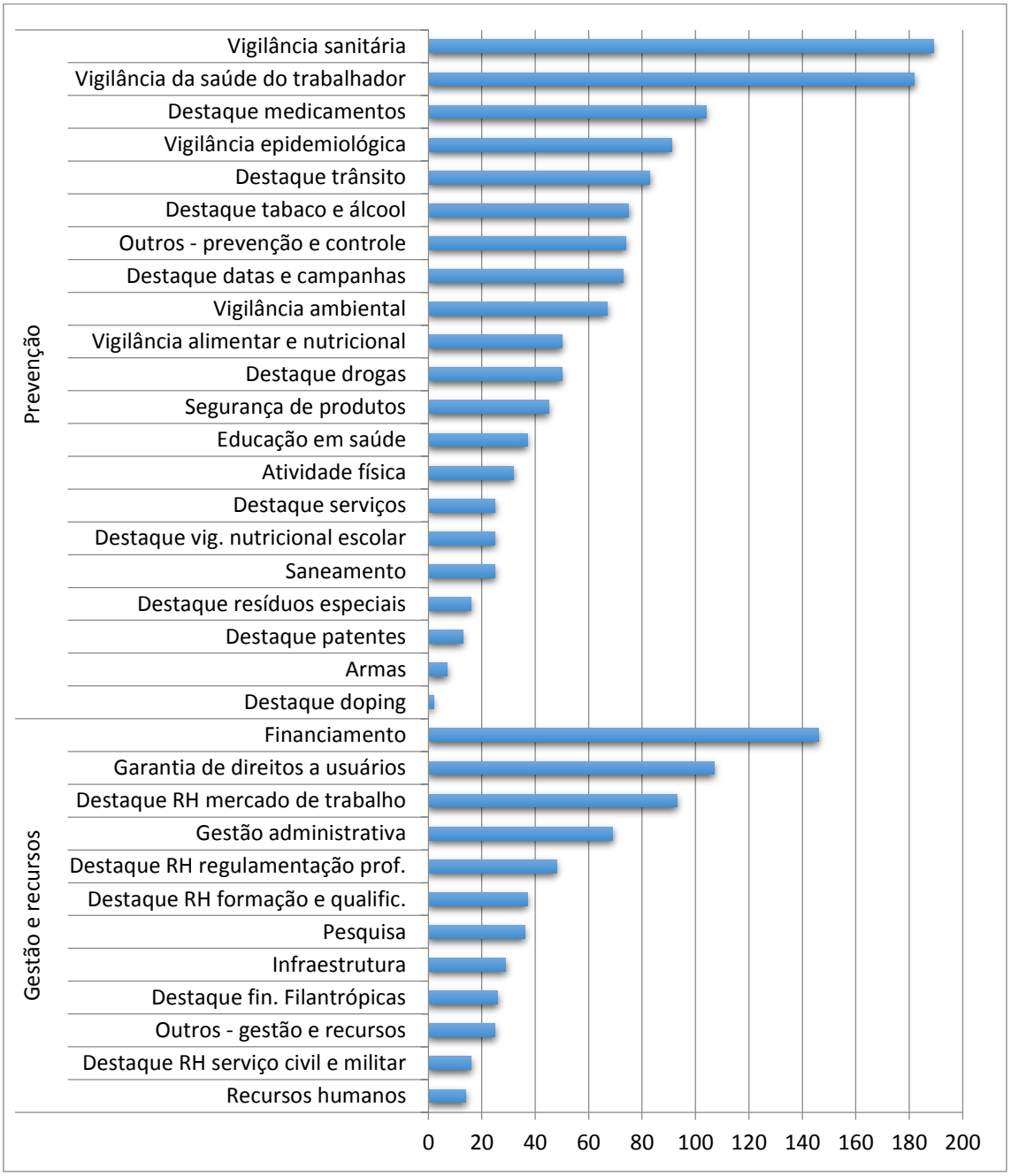
Fonte: Tabela 9 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 11. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 3.592 PL em tramitação na Câmara dos Deputados em outubro de 2017.



(...)

(continuação)



Fonte: Tabela 10 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

O gráfico 12 indica os locais da Câmara em que se encontravam os PL relacionados à saúde, segundo temas. Os cinco locais com maior número de PL são: CSSF (12,4%), CCJC (8,9%), MESA (4%), CFT (3,6%) e Plenário (3,1%). Estavam apensados 59% dos PL e também para este tipo de proposição o registro de local no Sileg está indefinido.

Na CSSF e na CCJC, predominavam temas de prevenção. Na CFT, temas de gestão, e no Plenário, temas de prevenção e de direitos e responsabilidades. O gráfico 13 detalha os temas e subtemas dos PL, conforme locais selecionados onde se encontravam.

O gráfico 14 indica os locais associados às situações de tramitação. Na CSSF, 18,4% dos PL estavam prontos para pauta; na CCJC, 22,9%; na CFT, 16,3%; e no Plenário, 98,2%. O local em que mais PL relacionados à saúde aguardavam procedimento (principalmente a designação de relator) foi a CSSF, seguido pela CCJC.

O gráfico 15 mostra a situação dos PL, conforme o grupo temático. As situações mais frequentes foram: apensada (59,7%), pronta para pauta (9,2%), aguardando parecer (11,9%) e aguardando designação de relator (11,8%). Os temas de prevenção prevaleceram nas diversas situações de tramitação, contudo, entre os apensados, destacam-se temas de direitos e responsabilidades (33,3%).

Utilizando-se o critério de potencial para estruturar uma política pública de saúde, foram selecionadas 328 proposições, listadas no apêndice 2. Entre essas, destacam-se em cada área temática, os mais relevantes assuntos:

- Na <u>atenção à saúde</u>: política nacional do cuidado, plano nacional de juventude, tratamento no exterior, política nacional de medicamentos, redução de tributos sobre medicamentos, incentivos fiscais à produção de fármacos, doação presumida de órgãos para transplante, política nacional de assistência à saúde do estudante na rede pública, ressarcimento ao SUS por planos de saúde, entidades de autogestão em saúde, funcionamento de clínicas de reprodução humana, cuidados em fase terminal.

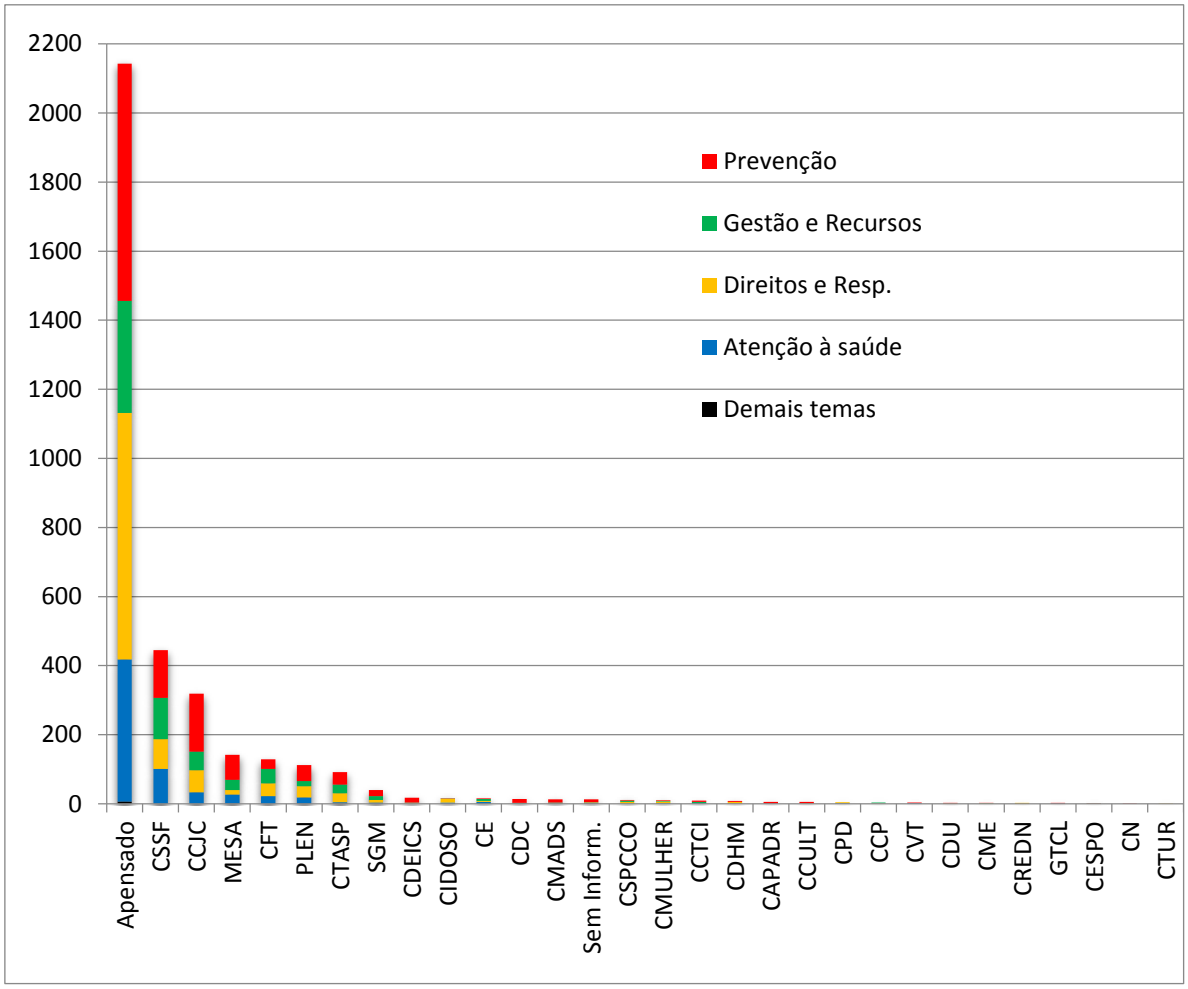
O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

- Na prevenção: ações publicitárias e divulgação de mensagens educativas, plano nacional de redução de mortes e lesões no trânsito, punições para motorista em casos de uso de álcool e outras drogas, plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens, política de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e das doenças associadas à alimentação e nutrição no sistema educacional brasileiro, comissões de segurança do paciente nos hospitais, descarte de medicamentos, código brasileiro de segurança e saúde no trabalho, política nacional de redução de agrotóxicos, estatuto da prevenção ao uso e abuso de drogas.

- Nos direitos e responsabilidades: penas para desvios na saúde (com destaque para fornecimento de órteses e próteses e outros produtos para saúde), responsabilidade sanitária, escolaridade para crianças internadas, responsabilidade do médico preceptor, registro civil em maternidades e hospitais, necropsia, declaração irregular de morte encefálica, transparência na relação da indústria farmacêutica com médicos.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Gráfico 12. Distribuição de temas da saúde de PL, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em outubro de 2017.

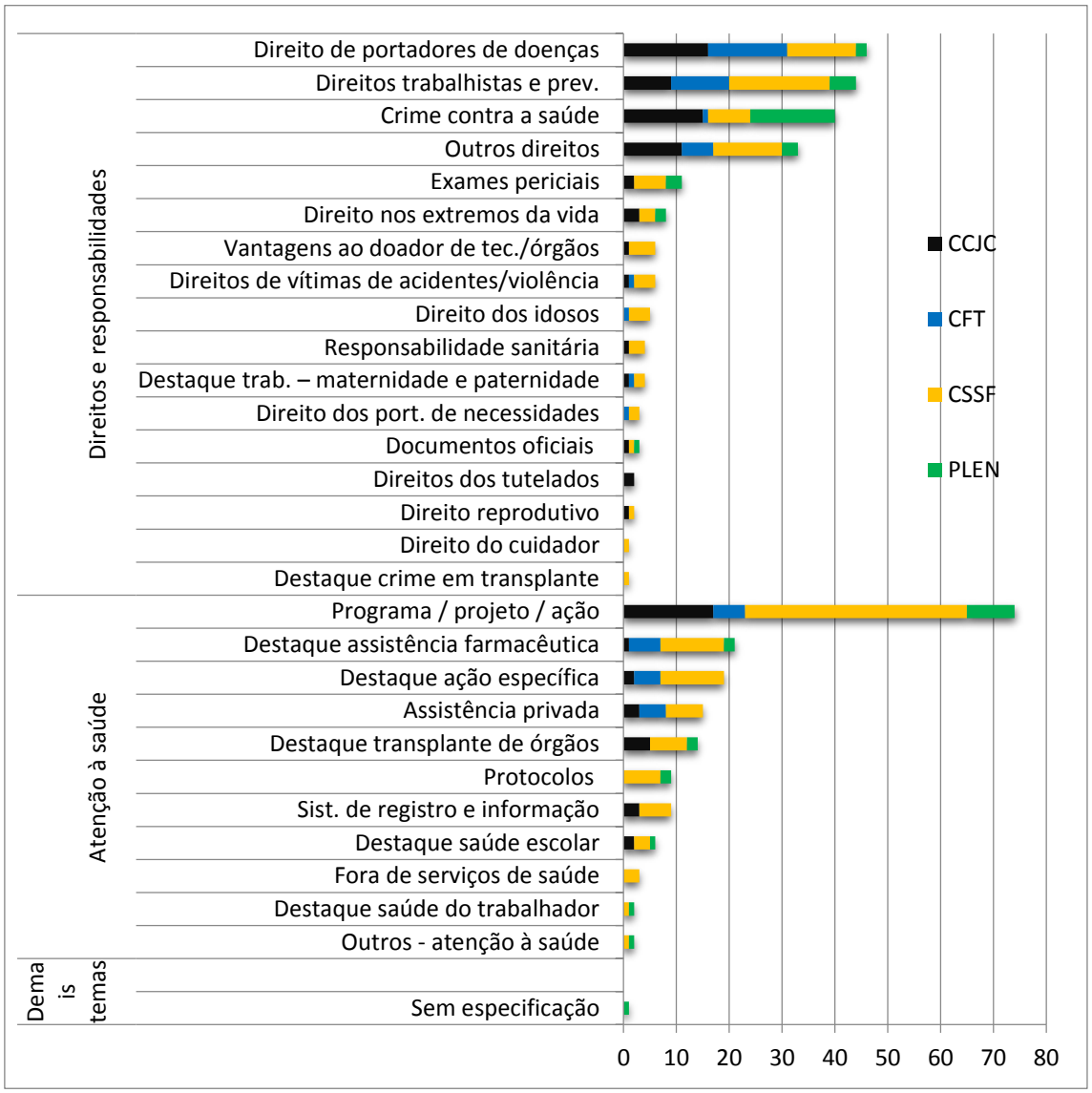


Fonte: Tabela 11 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.
Legendas: siglas das comissões aplicadas segundo as utilizadas pela Câmara dos Deputados.

- Na gestão: recursos para a saúde (incluindo indenização do SUS por motoristas infratores, transferências de recursos), divulgação de informações, índice nacional de responsabilidade social e de vulnerabilidade juvenil, mapa da exclusão social, orçamento da criança, indicadores de gestão na saúde, credenciamento de serviços de saúde, contas hospitalares no SUS, certificação hospitalar, planejamento no SUS, contratos regionais, plano decenal, capital estrangeiro na saúde, conselho gestor em serviços de saúde, código de direitos de usuários, teleatendimento, prazos para atendimento, política nacional de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor farmacêutico, uso do genoma humano, fármacos experimentais, revalidação de

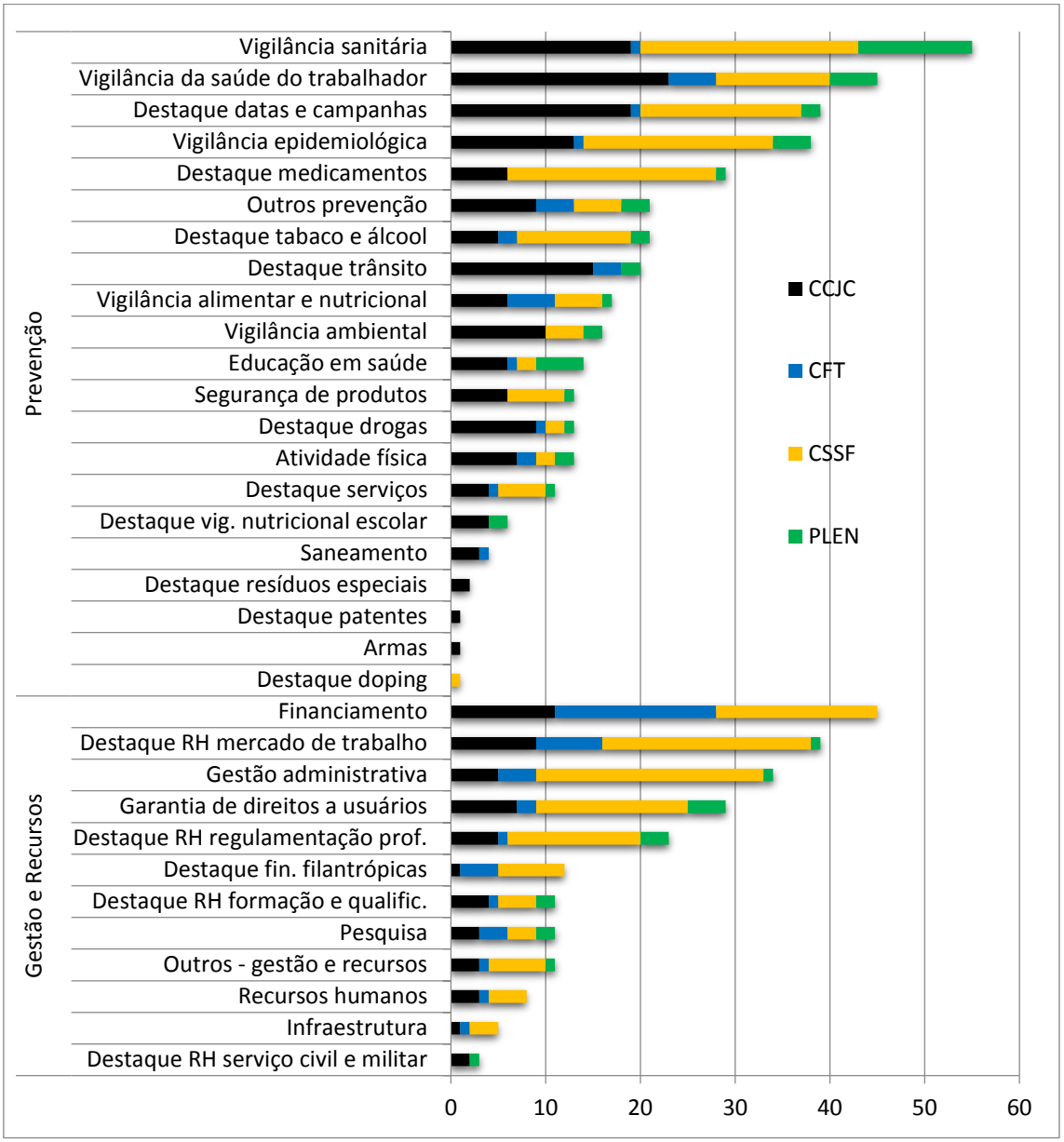
diplomas médicos, exame de ordem, serviço civil obrigatório, gestão de recursos humanos no SUS, ressarcimento ao SUS por planos de saúde, registro de preços nas compras do SUS.

Gráfico 13. Distribuição de PL da saúde, segundo locais selecionados da Câmara dos Deputados em que se encontravam em outubro de 2017, temas e subtemas.



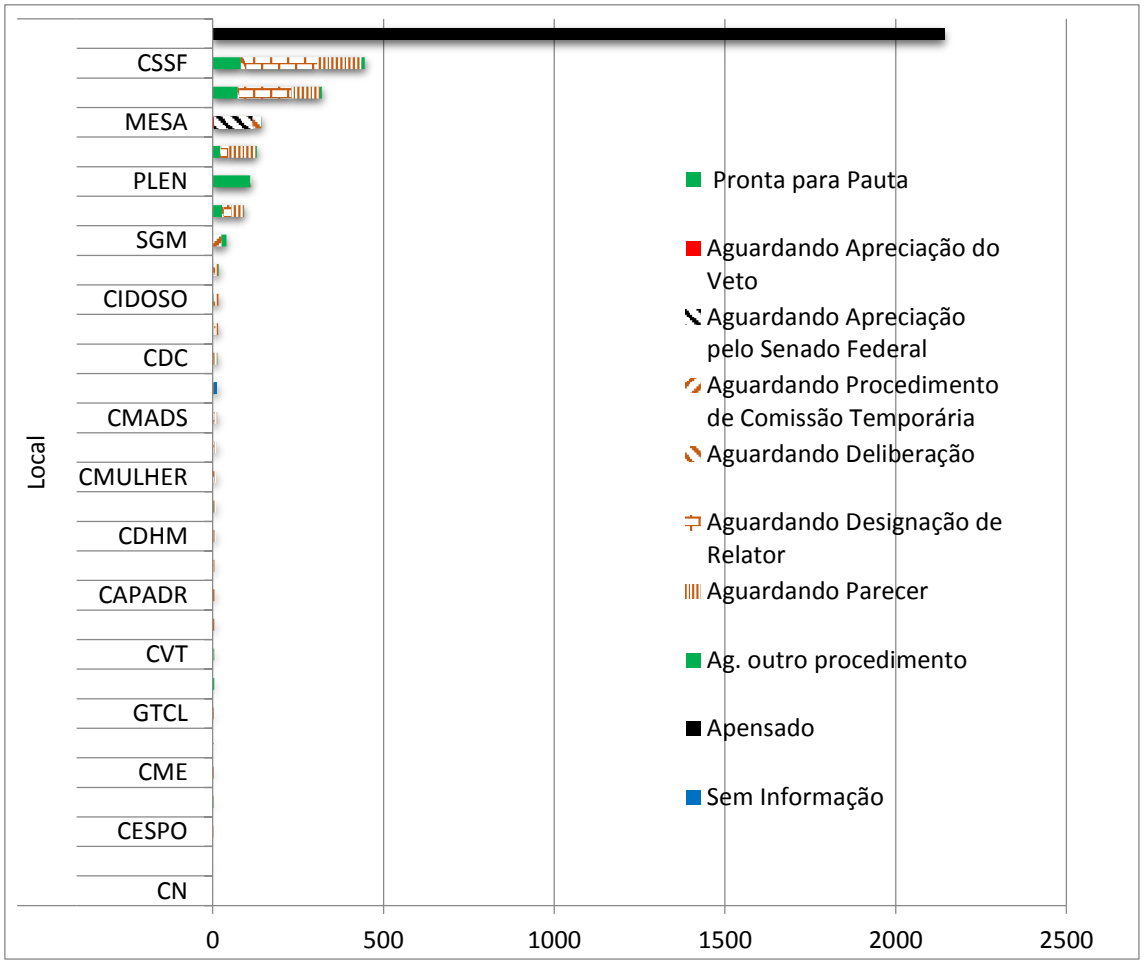
(...)

(continuação)



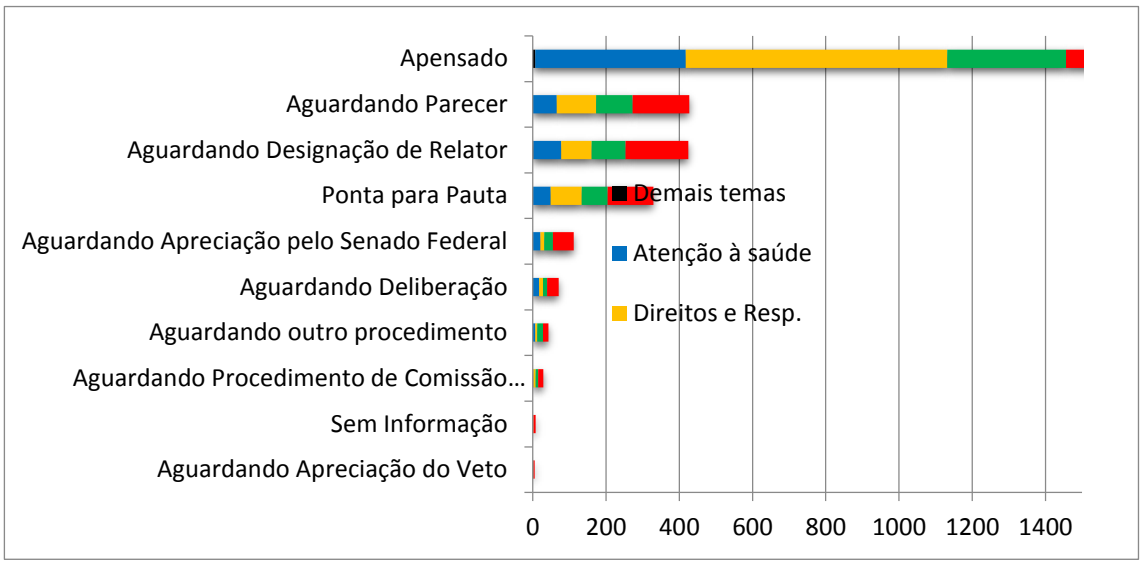
Fonte: Tabela 12 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 14. Distribuição de situação de 3.592 PL da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em outubro de 2017.



Fonte: Tabela 13 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 15. Distribuição de temas da saúde, segundo situação de 3.592 PL em tramitação na Câmara dos Deputados em outubro de 2017.



Fonte: Tabela 14 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

4. CONCLUSÕES

A metodologia utilizada possibilitou a identificação do conteúdo de proposições relacionadas à saúde que se encontravam em tramitação nas Comissões e no Plenário da Câmara dos Deputados, segundo tipos de proposições associados à produção legislativa e à fiscalização.

Os resultados da pesquisa reforçam achados prévios de que determinados temas estão relacionados a certos tipos de proposição e, também, que determinados locais são críticos para a tramitação desses tipos.

Esses achados dão suporte ao desenvolvimento de mecanismos para monitorar os fluxos das tramitações nos diversos locais de tramitação da Casa, segundo conteúdo de políticas, e, desse modo, oferecem consistência e transparência ao debate sobre políticas públicas.

A pesquisa desse ano inovou ao identificar, entre os milhares de proposições analisadas, aqueles assuntos cuja deliberação pela Casa traria um maior impacto na estruturação de políticas de saúde.

Essas informações são úteis para a pesquisa acadêmica, mas também, principalmente, para a organização da agenda nos locais que

desejarem atuar com base em evidências; de modo a qualificar a produção legislativa e a solucionar problemas estruturantes e de interesse amplo e não apenas os simbólicos e de interesse particularista.

2017-20777

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

APÊNDICE 1 – DADOS USADOS NA PRODUÇÃO DOS GRÁFICOS

Tabela 1. Temas e subtemas de saúde das 49 propostas de fiscalização e controle (PFC) relacionadas à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, por ano de apresentação.

Temas e subtemas de saúde		**Ano**											**Total**
		2005	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Atenção à saúde	Programa/proj./ação	0	1	0	0	0	0	1	3	1	1	0	7
	Assistência farmacêutica	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
	Assistência privada	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	3
Direitos	Direitos de vítimas de acidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Gestão e Recursos	Financiamento	1	4	1	1	1	1	1	2	4	4	6	26
	Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Recursos humanos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Destaque RH regulamentação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Prevenção	Destaque drogas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Saneamento	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
	Vigilância ambiental	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Vigilância sanitária	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
	Destaque vigilância de medicamentos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total		1	6	1	1	3	2	4	9	7	7	8	49

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 2. Temas e subtemas de saúde das 49 propostas de fiscalização e controle (PFC) relacionadas à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, segundo situação de tramitação.

Situação	**Local atual**								**Total**
	CDC	**CDHM**	**CFFC**	**CMADS**	**CSPCCO**	**CSSF**	**SGM**	**SINF**	
Aguardando Deliberação	0	0	3	0	0	0	0	0	3
Aguardando Despacho	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Aguardando Parecer	3	0	17	1	1	6	0	0	28
Pronta para Pauta	0	1	0	0	0	2	0	0	3
Aguardando Designação de Relator	0	0	0	0	0	8	0	0	8
Sem informação	0	0	0	0	0	0	0	6	6
Total	3	1	20	1	1	16	1	6	49

Fonte: Banco de dados do estudo.

Legendas: CDC – Comissão de Defesa do Consumidor, CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias, CFFC – Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família, SINF – Sem informação.

Tabela 3. Temas e subtemas de saúde dos 68 projetos de decreto legislativo (PDC) relacionados à saúde em tramitação na Câmara em 02/11/17, por ano de apresentação.

Temas e subtemas de saúde	**Ano**													**Total**
	1985	2003	2006	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Outros temas da saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Documentos / sist. Informação	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Programa/proj./ação	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Ação específica de assistência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Assistência farmacêutica	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3
Transplante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Assistência privada	0	0	0	0	1	1	0	0	2	1	1	3	0	9
Protocolos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Crime contra a saúde	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Direitos trabalhistas e prev.	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1	1	6
Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Recursos humanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Destaque RH mercado de trabalho	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	3
Destaque RH regulamentação prof.	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	5	0	0	7
Tabagismo e alcoolismo	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3
Destaque trânsito	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	3
Vigilância ambiental	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3
Vigilância sanitária	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	2	0	5
Destaque medicamentos	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	3
Vigilância da saúde do trabalhador	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	2	1	0	6
Total	1	1	1	2	3	6	3	4	8	6	17	14	2	68

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 4. Temas e subtemas de saúde dos 68 projetos de decreto legislativo (PDC) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, segundo situação de tramitação.

Situação	**Local**									**Total**
	Apensado	**CCJC**	**CDHM**	**CFT**	**CSSF**	**CTASP**	**MESA**	**PLEN**	**SINF**	
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Aguardando Deliberação	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Aguardando Deliberação de Recurso	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Aguardando Designação de Relator	0	1	1	1	18	1	0	0	0	22
Aguardando Parecer	0	1	0	1	6	0	0	0	0	8
Pronta para Pauta	0	4	0	1	7	1	0	1	0	14
Sem Informação	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Apensado	17	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Total	17	6	1	3	31	2	5	2	1	68

Fonte: Banco de dados do estudo.

Legendas: CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CDC – Comissão de Defesa do Consumidor; CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias, CFT – Comissão de Finanças e Tributação, CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família, CTASP – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, CVT – Comissão de Viação e Transporte, PLEN – Plenário da Câmara, SINF – Sem informação.

Tabela 5. Temas e subtemas de saúde das 66 propostas de emenda à Constituição relacionadas à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 2/11/17, por ano de apresentação.

Temas e subtemas de saúde		Ano																		Total
		1995	1997	2000	2002	2003	2004	2005	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Demais temas	Outros temas da saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Atenção à Saúde	Programa/proj./ação	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
	Assist. farmacêutica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	1	0	0	0	5
	Setor privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Direitos	Direito de portadores de doenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Direito do cuidador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Reprodutivos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Trabalhador	0	0	0	0	0	1	1	3	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	7
	Destaque mat. pat.	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	3
Gestão e Recursos	Financiamento	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	3	2	7	2	2	19
	Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Garantias a usuários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Pesquisa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	Recursos humanos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
	Destaque RH mercado de trabalho	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	2	0	0	0	1	0	7
	Destaque RH serviço civil e militar	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Prevenção	Atividade física	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Destaque dogas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Saneamento	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	4
	Vigilância alimentar e nutricional	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Destaque Vig. Alim. e nut. escolas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total		1	1	1	2	1	2	2	8	2	3	3	5	6	5	6	11	5	2	66

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 6. Temas e subtemas de saúde das 66 propostas de emenda à Constituição relacionadas à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, segundo situação de tramitação.

Situação	**Local**						**Total**
	Apensada	**CCJC**	**MESA**	**PLEN**	**SECAP(SGM)**	**SERCO(SGM)**	
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	0	0	1	0	0	0	1
Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	0	0	0	0	1	0	1
Aguardando Parecer	0	3	0	0	0	0	3
Pronta para Pauta	0	14	0	6	0	0	20
Apensada	24	0	0	0	0	0	24
Aguardando procedimento para Comissão Temporária	0	0	9	0	0	5	14
Comissão em funcionamento	0	0	0	0	0	1	1
Aguardando Designação de Relator	0	1	0	0	0	0	1
Aguardando Deliberação	0	1	0	0	0	0	1
Total	24	19	10	6	1	6	66

Fonte: Banco de dados do estudo.

Legendas: CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CCP – Coordenação de Comissões Permanentes, PLEN – Plenário, SGM – Secretaria Geral da Mesa.

Tabela 7. Temas e subtemas de saúde dos 253 projetos de lei complementar relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, por ano de apresentação.

Temas e subtemas de saúde		**Ano**																				**Total**
		1996	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	
Demais temas	Outros temas da saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	4	1	0	0	7
Atenção à Saúde	Assistência farmacêutica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Assistência privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Direitos	Direito de portadores de doenças	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
	Trabalhador	0	2	0	1	2	1	2	2	1	109	12	2	3	2	2	4	3	11	1	0	160
	Exames periciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Responsabilidade sanitária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Gestão e recursos	Financiamento	1	3	1	0	0	1	0	3	3	1	0	4	0	8	5	4	4	12	3	4	57
	Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	1	1	1	1	1	0	8
	Gestão - outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	Recursos humanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Mercado de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Prevenção	Atividade física	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	4
	Educação em saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Destaque drogas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Prevenção - outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Saneamento	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4
Total		1	7	4	1	2	2	2	6	4	114	12	8	4	14	11	10	12	29	5	5	253

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 8. Temas e subtemas de saúde dos 253 projetos de lei complementar relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, segundo situação de tramitação.

Situação	**Local**												
	Apensa-do	CCJC	CDU	CE	CESPO	CFT	CREDN	CSSF	CTASP	MESA	PLEN	SERCO (SGM)	Total
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Aguardando Deliberação	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Aguardando Designação de Relator	0	4	0	0	0	2	0	5	0	0	0	0	11
Aguardando Parecer	0	2	1	1	0	8	0	3	1	0	0	0	16
Comissão em funcionamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Pronta para Pauta	0	1	0	0	0	2	1	3	1	0	3	0	11
Apensado	210	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	210
Total	210	7	1	1	1	12	1	11	2	2	3	2	253

Fonte: Banco de dados do estudo.

Legendas: CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CCP – Coordenação de Comissões Permanentes, CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano, CE – Comissão de Educação, CESP – Comissão Especial, CESPO – Comissão do Esporte, CFT – Comissão de Finanças e Tributação, CINDRA – Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, CREDN – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família, CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, MESA – Mesa da Câmara, PLEN – Plenário.

Tabela 9. Temas de 3.592 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, por ano de apresentação.

Ano	Tema					Total
	Demais temas	Atenção à saúde	Direitos e Resp.	Gestão e Rec.	Prevenção	
1986	0	0	0	1	0	1
1988	0	0	1	1	3	5
1989	0	1	2	0	6	9
1990	0	1	0	0	1	2
1991	0	3	1	3	6	13
1992	0	1	1	0	2	4
1993	0	0	3	0	2	5
1994	0	2	0	0	2	4
1995	0	1	2	1	9	13
1996	0	3	1	2	2	8
1997	0	6	4	4	4	18
1998	0	7	3	2	5	17
1999	0	6	15	8	16	45
2000	0	10	13	5	25	53
2001	0	9	16	10	14	49
2002	0	8	11	6	13	38
2003	1	19	22	24	48	114
2004	0	24	29	12	22	87
2005	0	10	23	14	20	67
2006	0	9	14	12	22	57
2007	1	23	62	32	74	192
2008	2	22	45	22	48	139
2009	0	23	57	23	41	144
2010	2	19	38	16	40	115
2011	0	55	105	44	114	318
2012	0	36	65	35	93	229
2013	0	57	67	40	97	261
2014	1	26	53	37	48	165
2015	4	142	190	158	258	752
2016	0	73	120	84	163	440
2017	1	50	60	50	67	228
Total	12	646	1023	646	1265	3592

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 10. Temas e subtemas de 3.592 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17.

Temas e subtemas de saúde		Total
Demais temas	Sem especificação	12
	Subtotal	12
Atenção à saúde	Outros - atenção à saúde	3
	Fora de serviços de saúde	10
	Destaque saúde do trabalhador	15
	Sist. de registro e informação	28
	Protocolos	28
	Destaque saúde escolar	42
	Destaque ação específica	43
	Destaque transplante de órgãos	57
	Destaque assistência farmacêutica	69
	Assistência privada	165
	Programa / projeto / ação	186
	Subtotal	646
Direitos e responsabilidades	Destaque crime em transplantes	3
	Direitos dos tutelados	5
	Responsabilidade sanitária	7
	Direito dos idosos	10
	Direito do cuidador	10
	Direito dos port. de necessidades	10
	Direito reprodutivo	13
	Direito nos extremos da vida	15
	Destaque trab. – maternidade e paternidade	29
	Exames periciais	32
	Vantagens ao doador	40
	Direitos de vítimas de acidentes/violência	46
	Documentos oficiais	56
	Outros - direitos	96
	Crime contra a saúde	115
	Direitos trabalhistas e prev.	224
	Direito de portadores de doenças	312
	Subtotal	1023

(continua)

(continuação)

Temas e subtemas de saúde		Total
Gestão e recursos	Recursos humanos	14
	Destaque RH serviço civil e militar	16
	Outros - gestão e recursos	25
	Destaque fin. Filantrópicas	26
	Infraestrutura	29
	Pesquisa	36
	Destaque RH formação e qualific.	37
	Destaque RH regulamentação prof.	48
	Gestão administrativa	69
	Destaque RH mercado de trabalho	93
	Garantia de direitos a usuários	107
	Financiamento	146
	Subtotal	646
Prevenção	Destaque doping	2
	Armas	7
	Destaque patentes	13
	Destaque resíduos especiais	16
	Saneamento	25
	Destaque vig. nutricional escolar	25
	Destaque serviços	25
	Atividade física	32
	Educação em saúde	37
	Segurança de produtos	45
	Destaque drogas	50
	Vigilância alimentar e nutricional	50
	Vigilância ambiental	67
	Destaque datas e campanhas	73
	Outros - prevenção e controle	74
	Destaque tabaco e álcool	75
	Destaque trânsito	83
	Vigilância epidemiológica	91
	Destaque medicamentos	104
	Vigilância da saúde do trabalhador	182
	Vigilância sanitária	189
	Subtotal	1265
Total		3592

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 11. Temas de 3.592 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, segundo local em que a proposição se encontrava.

Local	Tema					
	Demais temas	**Atenção à saúde**	**Direitos e Resp.**	**Gestão e Recursos**	**Prevenção**	**Total**
Apensado	7	411	714	324	687	2143
CSSF	0	101	86	120	138	445
CCJC	0	33	64	54	168	319
MESA	1	26	13	30	72	142
CFT	0	22	37	42	28	129
PLEN	1	18	32	15	46	112
CTASP	1	4	26	25	36	92
SGM	0	4	7	11	18	40
CDEICS	0	1	2	1	14	18
CIDOSO	0	4	11	1	1	17
CE	0	6	2	6	2	16
CDC	0	1	0	2	11	14
CMADS	1	0	1	2	9	13
Sem Inform.	1	1	2	1	8	13
CSPCCO	0	1	5	3	2	11
CMULHER	0	2	5	1	2	10
CCTCI	0	2	0	4	3	9
CDHM	0	1	5	0	2	8
CAPADR	0	1	0	0	5	6
CCULT	0	1	1	0	4	6
CPD	0	2	3	0	0	5
CCP	0	1	1	2	0	4
CVT	0	2	0	0	2	4
CDU	0	0	1	0	2	3
CME	0	0	1	1	1	3
CREDN	0	0	3	0	0	3
GTCL	0	1	0	0	2	3
CESPO	0	0	0	1	1	2
CN	0	0	0	0	1	1
CTUR	0	0	1	0	0	1
Total	**12**	**646**	**1023**	**646**	**1265**	**3592**

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 12. Temas e subtemas de projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, segundo locais selecionados em que se encontravam.

Temas e subtemas de saúde		Local selecionado				Total
		CCJC	CFT	CSSF	PLEN	
Demais temas	Sem especificação	0	0	0	1	1
	Subtotal	0	0	0	1	1
Atenção à saúde	Outros - atenção à saúde	0	0	1	1	2
	Destaque saúde do trabalhador	0	0	1	1	2
	Fora de serviços de saúde	0	0	3	0	3
	Destaque saúde escolar	2	0	3	1	6
	Sist. de registro e informação	3	0	6	0	9
	Protocolos	0	0	7	2	9
	Destaque transplante de órgãos	5	0	7	2	14
	Assistência privada	3	5	7	0	15
	Destaque ação específica	2	5	12	0	19
	Destaque assistência farmacêutica	1	6	12	2	21
	Programa / projeto / ação	17	6	42	9	74
	Subtotal	33	22	101	18	174
Direitos e responsabilidades	Destaque crime em transplante	0	0	1	0	1
	Direito do cuidador	0	0	1	0	1
	Direito reprodutivo	1	0	1	0	2
	Direitos dos tutelados	2	0	0	0	2
	Documentos oficiais	1	0	1	1	3
	Direito dos port. de necessidades	0	1	2	0	3
	Destaque trab. – maternidade e	1	1	2	0	4
	Responsabilidade sanitária	1	0	3	0	4
	Direito dos idosos	0	1	4	0	5
	Direitos de vítimas de	1	1	4	0	6
	Vantagens ao doador de	1	0	5	0	6
	Direito nos extremos da vida	3	0	3	2	8
	Exames periciais	2	0	6	3	11
	Outros direitos	11	6	13	3	33
	Crime contra a saúde	15	1	8	16	40
	Direitos trabalhistas e prev.	9	11	19	5	44
	Direito de portadores de doenças	16	15	13	2	46
	Subtotal	64	37	86	32	219

(continua)

(continuação)

Temas e subtemas de saúde		Local selecionado				Total
		CCJC	CFT	CSSF	PLEN	
Gestão e Recursos	Destaque RH serviço civil e	2	0	0	1	3
	Infraestrutura	1	1	3	0	5
	Recursos humanos	3	1	4	0	8
	Outros - gestão e recursos	3	1	6	1	11
	Pesquisa	3	3	3	2	11
	Destaque RH formação e	4	1	4	2	11
	Destaque fin. filantrópicas	1	4	7	0	12
	Destaque RH	5	1	14	3	23
	Garantia de direitos a	7	2	16	4	29
	Gestão administrativa	5	4	24	1	34
	Destaque RH mercado de	9	7	22	1	39
	Financiamento	11	17	17	0	45
	Subtotal	54	42	120	15	231
Prevenção	Destaque doping	0	0	1	0	1
	Armas	1	0	0	0	1
	Destaque patentes	1	0	0	0	1
	Destaque resíduos especiais	2	0	0	0	2
	Saneamento	3	1	0	0	4
	Destaque vig. nutricional	4	0	0	2	6
	Destaque serviços	4	1	5	1	11
	Atividade física	7	2	2	2	13
	Destaque drogas	9	1	2	1	13
	Segurança de produtos	6	0	6	1	13
	Educação em saúde	6	1	2	5	14
	Vigilância ambiental	10	0	4	2	16
	Vigilância alimentar e	6	5	5	1	17
	Destaque trânsito	15	3	0	2	20
	Destaque tabaco e álcool	5	2	12	2	21
	Outros prevenção	9	4	5	3	21
	Destaque medicamentos	6	0	22	1	29
	Vigilância epidemiológica	13	1	20	4	38
	Destaque datas e	19	1	17	2	39
	Vigilância da saúde do	23	5	12	5	45
	Vigilância sanitária	19	1	23	12	55
	Subtotal	168	28	138	46	380
Total		319	129	445	112	1005

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 13. Situação de tramitação de 3.592 PL relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, segundo local da proposição.

Local	Situação										
	Pronta para Pauta	Aguardando Apreciação do Veto	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Aguardando Procedimento de Comissão Temporária	Aguardando Deliberação	Aguardando Designação de Relator	Aguardando Parecer	Ag. outro procedimento	Apensado	Sem informação	Total
CN	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CTUR	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
CESPO	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
CDU	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	3
CME	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3
CREDN	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
GTCL	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3
CCP	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
CVT	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	4
CPD	0	0	0	0	0	1	4	0	0	0	5
CAPADR	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	6
CCULT	1	0	0	0	1	1	3	0	0	0	6
CDHM	2	0	0	0	0	1	5	0	0	0	8
CCTCI	3	0	0	0	0	0	6	0	0	0	9
CMULHER	0	0	0	0	4	0	6	0	0	0	10

(continua)

(continuação)

Local	Situação										
	Pronta para Pauta	Aguardando Apreciação do Veto	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Aguardando Procedimento de Comissão Temporária	Aguardando Deliberação	Aguardando Designação de Relator	Aguardando Parecer	Ag. outro procedimento	Apensado	Sem informação	Total
CSPCCO	1	0	0	0	1	2	7	0	0	0	11
CMADS	1	0	0	0	2	2	8	0	0	0	13
SINF	0	0	0	0	0	0	4	1	0	8	13
CDC	0	0	0	0	2	0	11	1	0	0	14
CE	2	0	0	0	2	4	8	0	0	0	16
CIDOSO	3	0	0	0	4	0	10	0	0	0	17
CDEICS	2	0	0	0	5	0	9	2	0	0	18
SGM	0	0	0	26	0	0	0	14	0	0	40
CTASP	27	0	0	0	6	21	37	1	0	0	92
PLEN	110	0	0	0	2	0	0	0	0	0	112
CFT	21	0	0	0	2	23	80	3	0	0	129
MESA	0	4	112	3	22	0	0	1	0	0	142
CCJC	73	0	0	0	5	152	84	5	0	0	319
CSSF	82	0	0	0	12	211	131	9	0	0	445
Apensado	0	0	0	0	0	0	0	0	2143	0	2143
Total	329	5	112	29	71	425	427	43	2143	8	3592

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 14. Temas de 3.592 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 02/11/17, segundo situação de tramitação.

Situação	**Tema**					**Total**
	Demais temas	**Atenção à saúde**	**Direitos e Resp.**	**Gestão e Recursos**	**Prevenção**	
Aguardando Apreciação do Veto	0	0	0	2	3	5
Sem Informação	1	0	1	0	6	8
Aguardando Procedimento de Comissão Temporária	0	2	6	7	14	29
Aguardando outro procedimento	0	7	5	16	15	43
Aguardando Deliberação	0	17	11	11	32	71
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	1	20	10	24	57	112
Ponta para Pauta	1	48	85	70	125	329
Aguardando Designação de Relator	2	76	83	92	172	425
Aguardando Parecer	0	65	108	100	154	427
Apensado	7	411	714	324	687	2143
Total	12	646	1023	646	1265	3592

Fonte: Banco de dados do estudo.

APÊNDICE 2 – LISTAGENS DE PROPOSIÇÕES SELECIONADAS, POR TIPO DE PROPOSIÇÃO

Os códigos de temas e subtemas referem-se aos adotados pelo GPE-Saúde.

I - A) PFC selecionadas

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PFC 156/2014	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de auditoria em todos os contratos e no cartão de crédito corporativo da Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai, do Ministério da Saúde.	ASA	ppp	Rubens Bueno
PFC 174/2014	Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize a aquisição de próteses e órteses para uso em pacientes do SUS e rede credenciada.	ASA	ppp	Ricardo Izar
PFC 40/2015	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize fiscalização nos convênios celebrados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, do Ministério da Saúde.	ASA	ppp	Paulo Pimenta
PFC 81/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, inclusive com auxílio do Tribunal de Contas da União, para apuração dos problemas relacionados à sífilis e seu tratamento no Brasil.	ASA	ppp	Laura Carneiro
PFC 116/2017	Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle para verificar compra emergencial pelo Ministério da Saúde do medicamento Eritropoietina (Alfaepoetina) da China.	ASA	ppp-afc	Jorge Solla
PFC 41/2011	Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a respeito de sua atuação regulatória e fiscalizatória sobre as operadoras de planos de saúde, em especial sobre o cumprimento de autorizações para a realização de cirurgias, exames e outros procedimentos e do prazo destes atendimentos aos usuários.	ASA	pri	Roberto Santiago
PFC 73/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades no uso dos recursos do Seguro de Dados Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.	DIR	dvi	Laura Carneiro
PFC 79/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, inclusive com auxílio do Tribunal de Contas da União, para apuração dos problemas relacionados ao desabastecimento do teste tuberculínico para diagnóstico da tuberculose latente no sistema de saúde nacional.	GRP	fin	Laura Carneiro
PFC 175/2014	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização, a fim de analisar as verbas repassadas pelo Governo Federal à Organização Pan-Americana de Saúde - Opas no ano de 2013. Explicação: Pagamento médicos cubanos do Programa Mais Médicos.	GRP	rhs	Ademir Camilo
PFC 71/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realize, por intermédio do Tribunal de Contas da União (TCU), procedimento fiscalizatório no Conselho Federal de Enfermagem e no Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Maranhão, nas gestões indicadas, tendo em vista indícios de má utilização de recursos públicos.	GRP	rhs-rep	Hildo Rocha
PFC 9/2011	Proposta de Fiscalização e Controle das políticas públicas sobre o crack.	PPC	frc-dro	Perpétua Almeida
PFC 149/2013	Propõe que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias fiscalize os órgãos da administração direta e indireta da União responsáveis por atender a população atingida por contaminação por chumbo e outros metais pesados, por promover a recuperação ambiental das áreas degradadas, e por responsabilizar as empresas vinculadas à Sociedade	PPC	vam	Comissão de Direitos Humanos e Minorias

	Mineira e Metalúrgica de Peñarroya e suas sucessoras pelo passivo socioambiental deixado no Brasil.			
PFC 117/2013	Propõe que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável fiscalize a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) e órgãos conexos para apurar denúncias com relação aos abatedouros que operam sem condições de higiene e poluem o meio ambiente.	PPC	vis	Sarney Filho
PFC 170/2014	Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle visando verificar os procedimentos fiscalizatórios realizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, no cumprimento de sua atribuição de averiguar a qualidade, a eficácia e a segurança dos medicamentos disponibilizados no mercado brasileiro.	PPC	vis-med	Sérgio Brito

II - B) PDC selecionados

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PDC 2351/2006	Aprova o texto da Convenção Nº 184, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), complementada pela Recomendação Nº 192, assinadas em 21 de junho de 2001.	PPC	vtr	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
PDC 135/2007	Susta os efeitos da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que "dispõe sobre o Coeficiente de Adequação de Preços - CAP, sua aplicação, e altera a Resolução CMED nº 2, de 5 de março de 2004.	ASA	ppp-afc	Bruno Araújo
PDC 69/2007	Susta a aplicação do disposto na parte III, item 5, do Anexo I - Política Nacional sobre o Álcool, do Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007. Explicação: Susta o dispositivo que define bebida alcoólica a que contiver o teor alcoólico de 0.5 grau Gay-Lussac ou mais de concentração, incluindo-se aí bebidas destiladas, fermentadas e outras preparações, como a mistura de refrigerantes e destilados, além de preparações farmacêuticas, por divergir da Lei nº 9.294, de 1996.	PPC	frc-tal	Arnaldo Faria de Sá
PDC 1650/2009	Susta a Resolução - RDC nº 96, de 17 de dezembro de 2008, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.	PPC	vis-med	Milton Monti
PDC 2400/2010	Susta as Resoluções Normativas nºs 195, 196, 200, 203 e 204, todas editadas pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, bem como suas normas correlatas, por extrapolação das competências legais do poder normativo daquela autarquia federal.	ASA	pri	Lelo Coimbra
PDC 565/2012	Susta a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54, que declara não ser crime a "antecipação terapêutica de parto" de anencéfalos.	DIR	ccs	Pastor Marco Feliciano
PDC 566/2012	Susta a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental- ADPF 54, com a finalidade de lograr interpretação conforme a Constituição da disciplina legal dada ao aborto pela legislação penal infraconstitucional, para explicitar que ela não se aplica aos casos de antecipação terapêutica do parto na hipótese de fetos portadores de anencefalia, devidamente certificada por médico habilitado, anulando-se todos os atos dela decorrentes.	DIR	ccs	Roberto de Lucena
PDC 1359/2013	Susta a aplicação da Resolução CFM nº 2.013/13 Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, anexas à presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos e revoga a Resolução CFM nº 1.957/10.	ASA	pro	Arnaldo Faria de Sá
PDC 1465/2014	Susta a aplicação da Portaria Interministerial nº 419/2011 dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2011, que versa sobre a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, envolvidos no licenciamento ambiental, tendo em vista a extrapolação de competência.	PPC	vam	Nilson Leitão

PDC 126/2015	Aprova o texto da Decisão Nº 2/12 do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas, que decide aprovar o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, no âmbito do Conselho de saúde Sul-americano, adotada na Cúpula de Lima, em 30 de novembro de 2012.	OUT	dtsout	Representaçã o Brasileira no Parlamento do Mercosul.
PDC 143/2015	Susta os efeitos da Portaria nº 1, de 28 de maio de 1991, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que altera o Anexo n.º 12, da Norma Regulamentadora n.º 15, o qual institui os "limites de tolerância para poeiras minerais" - asbestos.	PPC	vtr	Giovani Cherini
PDC 21/2015	Susta a aplicação do art. 36, § 3º, da Resolução nº 9, de 20 de fevereiro de 2015, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre o Regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil.	PPC	vis-med	Raul Jungmann
PDC 64/2015	Aprova o texto do Estatuto do Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), atualizado em 5 de outubro de 2009.	OUT	dtsout	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
PDC 341/2016	Susta a Resolução CMED nº 1, de 14 de março de 2016, que "dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2016, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.	ASA	ppp-afc	André Fufuca
PDC 381/2016	Susta a aplicação da Resolução nº 1, de 14 de março de 2016, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, que "dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2016, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.	ASA	ppp-afc	Francisco Floriano
PDC 397/2016	Susta a Portaria do Ministério da Saúde nº 959, de 10 de maio de 2016, que define o valor do incentivo de custeio referente ao acréscimo de profissionais na equipe multiprofissional - Saúde da Família.	GRP	fin	Mandetta
PDC 573/2016	Aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012.	PPC	frc-tal	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
PDC 605/2017	"Susta a Portaria nº 56, de 27 de março de 2017, do Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, do dia 29 de março de 2017". Explicação: Susta a transformação de despesa obrigatória do Programa Mais Médicos em despesa discricionária.	GRP	fin	Jorge Solla

III - C) PEC selecionadas

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PEC 584/2002	Dá nova redação ao parágrafo 7º, do art. 226 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece a responsabililidade do Estado para prover recursos educacionais, materiais e científicos necessários ao planejamento familiar, inclusive com a realização de vasectomia e laqueadura de trompas para maiores de 21 anos.	ASA	ppp	Jair Bolsonaro
PEC 175/2007	Acrescenta o art. 217 à Constituição Federal para destinação de recursos ao esporte.	PPC	atf	Décio Lima
PEC 191/2007	Acrescente-se o art. 217-A à Constituição Federal para assegurar recursos mínimos, de 1% (um por cento) anualmente, na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios para a promoção do desporto.	PPC	atf	Manuela D'ávila
PEC 201/2007	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para estabelecer o esporte no rol dos direitos sociais.	PPC	atf	Valadares Filho
PEC 253/2008	Acrescenta § 3º no art. 143 da Constituição Federal. Explicação: Institui serviço civil obrigatório aos estudantes graduados do curso de Medicina.	GRP	rhs-obg	Rebecca Garcia
PEC 448/2009	Acrescenta o art. 200-A à Constituição Federal Explicação: Obriga o agente da tentativa ou consumação de crime doloso a ressarcir o SUS pela despesa do atendimento à vítima do crime praticado.	GRP	Fin	Bruno Araújo
PEC 454/2009	Altera o Título VIII, Capítulo II, Seção II - "Da Saúde" -, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Explicação: Estabelece diretrizes para a organização da carreira única de Médico de Estado.	GRP	rhs-imt	Ronaldo Caiado
PEC 491/2010	Acresce incisos ao art. 150, VI e art. 155, X da Constituição Federal Explicação: Proíbe a criação de imposto incidentes sobre insumos agrícolas, pecuária, alimentos para o consumo humano e medicamentos.	ASA	ppp-afc	Luiz Carlos Hauly
PEC 503/2010	Estabelece um percentual mínimo dos impostos e de transferências para aplicação em saneamento básico pela União, pelos Estados e Distrito Federal e pelos Municípios.	PPC	san	Jairo Ataide
PEC 517/2010	Dá nova redação às alíneas "b" e "c" do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.	GRP	pes	Senado Federal - Álvaro Dias
PEC 118/2011	Acrescenta o inciso XVII ao art. 24 e o § 9º ao art. 226 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal legislarão concorrentemente sobre políticas sobre drogas.	PPC	frc-dro	Domingos Neto
PEC 52/2011	Altera os arts. 48 e 84 da Constituição Federal, prevendo a obrigatoriedade de apresentação do Programa de Metas e Prioridades para os governos federal, estaduais e municipais.	GRP	ges	Paulo Teixeira
PEC 160/2012	Acrescenta alínea ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Explicação: Proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituam impostos sobre medicamentos de uso humano.	ASA	ppp-afc	Wellington Fagundes
PEC 220/2012	Acrescenta dois parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, para destinar os recursos da participação no resultado ou da compensação financeira às áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde, segurança, meio ambiente, defesa nacional, energia e infraestrutura.	GRP	Fin	Newton Lima
PEC 245/2013	Dá nova redação ao art. 20 da Constituição Federal, para destinar os recursos da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural para as áreas de educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, defesa e segurança pública, energia e infraestrutura.	GRP	Fin	Angelo Vanhoni

PEC 249/2013	Acrescenta o inciso V ao § 3º do art. 153 da Constituição Federal para estabelecer a destinação constitucional obrigatória do montante arrecadado por meio do imposto sobre produtos industrializados, quando incidente sobre produção de bebidas alcoólicas, ao financiamento de tratamentos e internações decorrentes do consumo dessa substância.	GRP	Fin	Vanderlei Macris
PEC 264/2013	Acrescenta § 7º ao art. 198 da Constituição Federal, dispondo sobre a obrigatoriedade de participação da União, Estados e do Distrito Federal, no custeio de medicamentos e despesas médicas hospitalares com origem em ordem judicial.	GRP	Fin	Luiz Fernando Faria
PEC 301/2013	Acrescenta a alínea "e" e o § 8º, ao inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios sobre os medicamentos de uso humano e os insumos utilizados em sua produção e comercialização.	ASA	ppp-afc	Francisco Chagas
PEC 375/2013	Acrescenta alínea "f" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Explicação: Proíbe a criação de impostos sobre medicamentos de uso humano produzidos no Brasil, bem como serviços e insumos.	ASA	ppp-afc	André Zacharow
PEC 386/2014	Altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para isentar dos tributos federais, inclusive das contribuições e taxas, os medicamentos de uso humano.	ASA	ppp-afc	Duarte Nogueira
PEC 390/2014	Altera o art. 169 da Constituição Federal e o artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para possibilitar a ampliação de limite de despesas com pessoal ativo nas áreas da saúde e da educação.	GRP	Fin	André Figueiredo
PEC 1/2015	Altera o art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%.	GRP	Fin	Vanderlei Macris
PEC 157/2015	Inclui os parágrafos 1º e 2º ao art. 196 da Constituição Federal, para preservando o direito universal à saúde, estabelecer critérios para prioridades e urgências médicas.	GRP	ges-dus	Domingos Sávio
PEC 48/2015	Acrescenta dispositivos aos arts. 159 e 198 da Constituição Federal, para determinar que a União entregue aos Municípios parte da arrecadação das contribuições sociais sobre a receita ou o faturamento e sobre o lucro, para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.	GRP	Fin	Alfredo Kaefer
PEC 54/2015	Acrescenta incisos aos art. 158 e art. 159 da Constituição Federal, que dispões sobre repartição de receitas tributárias.	GRP	Fin	Soraya Santos
PEC 6/2015	Acrescenta inciso IV e §§ 5º e 6º ao art. 159 da Constituição Federal, e novo art. 99 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Aumenta as transferências de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mediante a inclusão da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro de Pessoa Jurídica (CSLL) em sua base de cálculo.	GRP	Fin	Odelmo Leão
PEC 79/2015	Dá nova redação ao parágrafo 10 do art. 166 da Constituição Federal, para excluir expressamente do piso constitucional destinado pela União às ações e serviços de saúde o montante das emendas parlamentares com a mesma destinação.	GRP	Fin	Célio Silveira
PEC 297/2016	Acrescenta o art. 98-A à Constituição Federal, para determinar a especialização de varas de saúde pública no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça.	OUT	dtsout	Hiran Gonçalves
PEC 328/2017	Altera a Seção II do Capítulo II da Constituição Federal para incluir o saneamento básico dentre as ações de saúde, fixar percentuais mínimos de investimento, prever sua forma de financiamento e dá outras providências.	GRP	fin	Aureo

IV - D) PLP selecionados

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PLP 296/2005	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para normatizar as despesas com publicidade e propaganda por parte do Poder Executivo.	PPC	eds	Mário Heringer
PLP 143/2007	Acrescenta Seção IV "Das Despesas com Publicidade e Propaganda", com art. 24-A, ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	PPC	eds	Dr. Pinotti
PLP 120/2011	Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a fim de limitar as despesas governamentais com publicidade e propaganda.	PPC	eds	Anthony Garotinho
PLP 301/2013	Acrescenta o art. 24-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para restringir as despesas governamentais com publicidade e propaganda.	PPC	eds	Izalci
PLP 135/1996	Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração, execução e controle dos planos, diretrizes, orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Explicação: Regulamenta o art. 165, § 9º da Constituição Federal de 1988.	GRP	Fin	COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO
PLP 1/2003	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal. Explicação: Regulamenta dispositivo da Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional nº 29, de 2000), que trata da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde.	GRP	Fin	Roberto Gouveia
PLP 251/2005	Inclui parágrafos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Explicação: Aumenta o gasto com pessoal na área de saúde para até 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos financeiros destinados à saude.	GRP	Fin	Roberto Gouveia
PLP 264/2005	Dispõe sobre as despesas de pessoal de servidores de estados e municípios vinculados a ações e serviços públicos de saúde. Explicação: Exclui do cálculo da receita corrente líquida as despesas com pessoal da saúde que são custeados por transferências do SUS. Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	Fin	Jandira Feghali
PLP 268/2005	Dispõe sobre limites e controle social das despesas de pessoal nos recursos da saúde nos municípios. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	GRP	Fin	Marco Maia
PLP 328/2006	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para definir um limite de despesas de pessoal diferenciado para a área de saúde. Explicação: Eleva para, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) o limite total de despesa com pessoal, exclusivamente na área de saúde dos Municípios.	GRP	Fin	Adelor Vieira
PLP 331/2006	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para definir um limite de despesas de pessoal diferenciado para a área de saúde Explicação: Aumenta o gasto com pessoal na área de saúde para até 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos financeiros destinados à saúde.	GRP	Fin	Paulo Bauer
PLP 382/2006	Acrescenta inciso VII ao parágrafo 1º do art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir despesas com o Programa Saúde da Família do limite das despesas de pessoal dos Municípios.	GRP	Fin	Érico Ribeiro
PLP 36/2007	Dispõe sobre as despesas de pessoal de servidores de estados e municípios vinculados a ações e serviços públicos de saúde. Explicação: Exclui do cálculo da receita corrente líquida as despesas com pessoal da saúde que são custeados por transferências do SUS. Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	Fin	Alice Portugal
PLP 515/2009	Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Explicação: Inclui as despesas com pessoal dos programas fins de educação e saúde municipais	GRP	fin	Mário Negromonte

	nas despesas não computadas para o cálculo de percentuais máximos de gastos públicos da Lei de Responsabilidade Fiscal.			
PLP 548/2009	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para incluir o§ 3º no art. 18 e o inciso VII no § 1º do art. 19. Explicação: Determina que despesas públicas com pessoal destinadas às atividades de saúde e de educação sejam contabilizadas como "Outras Despesas - Pessoal da Educação" e "Outras Despesas - Pessoal da Saúde".	GRP	fin	Ivan Valente
PLP 25/2011	Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir do limite de despesas de pessoal os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Amauri Teixeira
PLP 35/2011	Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir do limite de despesas de pessoal os recursos destinados ao Programa Saúde da Família. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, 2000.	GRP	fin	Washington Reis
PLP 92/2011	Dispõe sobre a exclusão das despesas com pessoal dos integrantes do Programa da Saúde da Família nos Municípios dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Paulo Foletto
PLP 123/2012	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012. Explicação: Estabelece que a União aplicará em ações e serviços de saúde, o mínimo de dez por cento de suas receitas brutas.	GRP	fin	Darcísio Perondi
PLP 124/2012	Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Explicação: Dispõe sobre a aplicação anual mínima em saúde, por parte da União Federal.	GRP	fin	Eleuses Paiva
PLP 174/2012	Estabelece a obrigatoriedade de cumprimento da programação orçamentária e de recomposição dos valores cuja execução for transferida para o exercício subsequente. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Nilson Leitão
PLP 226/2012	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 que "regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde."	GRP	fin	Guilherme Mussi
PLP 309/2013	Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos da saúde.	GRP	fin	Carlos Sampaio
PLP 321/2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências. Explicação: Aplicação pela União de montante igual ou superior a dez por cento de suas receitas correntes brutas, em ações e serviços públicos de saúde. Projeto de Lei Saúde Mais Dez.	GRP	fin	Comissão de Legislação Participativa
PLP 341/2013	Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde.	GRP	fin	Geraldo Resende
PLP 393/2014	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para excluir do limite de despesas de pessoal os recursos destinados às ações e serviços de saúde e de educação.	GRP	fin	Rogério Carvalho
PLP 132/2015	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Explicação: Trata da não computação de despesas de pessoal custeada com recursos da União para prestação de serviços de caráter temporário ou por prazo determinado nas áreas de saúde e de educação nas despesas total com pessoal.	GRP	fin	Comissão de Legislação Participativa

PLP 17/2015	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para proibir a limitação de empenho de dotações nas condições que especifica. Explicação: Proíbe a limitação de empenho de dotações orçamentárias destinadas aos programas sociais.	GRP	fin	Ronaldo Carletto
PLP 204/2015	Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para dispor sobre o montante mínimo de recursos a serem repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para os fins que especifica.	GRP	fin	Leandre
PLP 208/2015	Altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para regulamentar as transferências voluntárias no caso de inadimplência do ente beneficiário.	GRP	fin	Ronaldo Carletto
PLP 214/2015	Veda o contingenciamento de despesas destinadas à saúde e à educação. Explicação: Altera Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Ronaldo Carletto
PLP 46/2015	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer a obrigatoriedade de um Anexo de Metas destinadas a Crianças e Adolescentes. Explicação: Altera a Lei complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Erika Kokay
PLP 57/2015	Exclui das despesas de pessoal dos Municípios, para efeito do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as relativas às áreas de educação e saúde, dos recursos provenientes dos repasses da União"	GRP	fin	Elizeu Dionizio
PLP 92/2007	Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, parte final, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público. Explicação: Estabelece que o Poder Público poderá instituir fundação estatal, sem fins lucrativos, nas áreas de atuação que especifica. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.	GRP	ges	Poder Executivo
PLP 451/2009	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo responsabilidades relacionadas à gestão social consequente, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Explicação: Cria o Indicador de Iniquidade Social - INDIS.	GRP	ges	João Herrmann
PLP 461/2009	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo responsabilidades relacionadas à gestão social consequente, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	GRP	ges	João Herrmann
PLP 177/2012	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de parcerias e convênios entre órgãos públicos e organizações não governamentais. NOVA EMENTA: Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de contratos de repasse, termos de parceria, convênios e instrumentos congêneres, celebrados entre órgãos e entidades públicas e as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000; a Lei Complementar nº 64, de 1990; a Lei nº 8.429, de 1992 e o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	GRP	ges	Esperidião Amin
PLP 245/2013	Dispõe sobre a criação de sistema integrado de compras da saúde com a formação de um registro nacional de preços para os Municípios, Estados e hospitais filantrópicos	GRP	ges	Marcus Pestana
PLP 411/2014	Institui o Programa de Renegociação das Dívidas de Estados e Municípios com a União, vinculados ao atingimento de metas sociais nas áreas de educação, saúde e segurança; e dá outras providências.	GRP	ges	Pedro Paulo
PLP 176/2015	Acrescenta paragrafo único ao art. 46 da Lei Complementar n. 141 de 13 de janeiro de 2012, para definir nos casos em que especifica, crimes de responsabilidade contra a promoção proteção e recuperação da saúde prevista no art. 196 da Constituição Federal	DIR	rps	Giacobo

PLP 91/1999	Cria o Fundo Nacional de Saneamento - FUNASAN, destinado a dar suporte financeiro à Política Nacional de Saneamento, e dá outras providências.	PPC	san	Pedro Fernandes
PLP 118/2000	Estabelece diretrizes para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, nos termos do disposto no inciso IX e § único do art. 23 da Constituição Federal, define a competência de cada nível de poder na prestação desses serviços, e dá outras providências. Explicação: Regulamenta a Constituição Federal de 1988.	PPC	san	Alexandre Cardoso
PLP 159/2000	Fixa normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para prestação de serviços públicos de saneamento básico, nos termos do disposto no inciso IX e parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal Explicação: Regulamenta a Constituição Federal de 1988.	PPC	san	Gustavo Fruet
PLP 215/2015	Concede incentivos a Municípios que se destacaram na promoção das ações de saneamento e estimula novas ações nesse sentido, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.	PPC	san	Miro Teixeira
PLP 297/2016	Inclui §§ ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar a concessão de aposentadoria especial ao segurado do Regime Geral de Previdência Social que utiliza equipamento de proteção individual no exercício de atividades laborais prejudiciais à saúde ou à integridade física e para reduzir a contribuição previdenciária adicional a cargo do empregador, destinada ao custeio deste benefício previdenciário, se comprovada a redução dos riscos ambientais do trabalho.	DIR	dtp	Carlos Bezerra
PLP 369/2017	Institui a Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento da Saúde - Copedes.	GRP	pes	Leopoldo Meyer

V - E) PL selecionados

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PL 2029/2015	Institui a Política Nacional do Cuidado e dá outras providências.	ASA	asaout	Cristiane Brasil
PL 3494/2000	Dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do "habeas data".	ASA	doc	Senado Federal - Lúcio Alcântara
PL 2608/2000	Dispõe sobre a adoção, pelas instituições e profissionais de saúde, do Prontuário Médico Obrigatório - PMO, e dá outras providências.	ASA	doc	Pedro Fernandes
PL 4580/2004	Dispõe sobre o prontuário médico e a criação de Comissões de Revisão de Prontuários.	ASA	doc	Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a atuação de organizações criminosas atuantes no tráfico de órgãos humanos.
PL 2236/2007	Institui o Registro Nacional de Saúde - RNS, e determina outras providências. Explicação: Moderniza o Sistema de Saúde pela informatização dos dados do paciente desde o seu nascimento até o óbito.	ASA	doc	Vital do Rêgo Filho
PL 2634/2007	Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Cadastro da Saúde a ser utilizado no armazenamento e gerenciamento, on line, dos registros clínicos dos pacientes. Explicação: Institui o Cartão SUS.	ASA	doc	Valtenir Pereira
PL 5263/2009	Institui o Cartão SUS Cidadão.	ASA	doc	Antonio Carlos Mendes Thame
PL 1605/2011	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. Explicação: Estabelece que o receituário de medicamentos entorpecentes e psicotrópicos terá validade em todo território nacional, independentemente da Unidade da Federação em que tenha sido emitido.	ASA	doc	Marçal Filho
PL 3344/2012	Dispõe sobre a emissão e o controle do receituário de atividades médicas específicas e dá outras providências.	ASA	doc	Ademir Camilo
PL 5875/2013	Acrescenta art. 47-A à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a criação do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS).	ASA	doc	Senado Federal - Renan Calheiros
PL 6849/2013	Dispõe sobre a criação do Cartão Odontológico Preventivo - COP.	ASA	doc	Dr. Jorge Silva

PL 2248/2015	Institui a Carteira Nacional de Saúde da Mulher.	ASA	doc	Antônio Jácome
PL 900/2015	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências", para permitir o aviamento de receitas médicas e odontológicas em qualquer parte do território nacional, independentemente do local em que forem emitidas.	ASA	doc	Marcus Pestana
PL 4530/2004	Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências.	ASA	ppp	Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude.
PL 1128/2003	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do professor da Rede Pública de Ensino e dá outras providências.	ASA	ppp	Carlos Abicalil
PL 1270/2015	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.	ASA	ppp	Orlando Silva
PL 4166/2004	Dispõe sobre o tratamento de saúde no exterior custeado pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	ASA	ppp	Rafael Guerra
PL 669/2007	Dispõe sobre o Programa de Saúde Auditiva - P.S.A., e dá outras providências.	ASA	ppp	Manoel Junior
PL 2776/2011	Institui a Política Nacional de Saúde Vocal.	ASA	ppp	Saraiva Felipe
PL 6568/2013	Institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem.	ASA	ppp	Senado Federal - Angela Portela
PL 7972/2014	Dispõe sobre a criação do Cartão Universal de Saúde do SUS - Serviço Único de Saúde e do Sistema de Controle de Convênios Privados e Públicos com o Cartão Universal de Saúde do SUS, e dá outras providências.	ASA	ppp	João Paulo Lima
PL 437/2015	Institui a política de Combate à obesidade e dá outras providências.	ASA	ppp	Felipe Bornier
PL 5610/2016	Acrescenta parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 8.080, de 19, de setembro de 1990, para obrigar a divulgação periódica dos medicamentos em estoque nas farmácias públicas do SUS.	ASA	ppp-afc	Rômulo Gouveia
PL 960/2011	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	William Dib

PL 3697/2012	Dispõe sobre o programa de agendamento de consultas e entrega domiciliar de medicamentos de uso contínuo às pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos em todo o território nacional, e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	Marco Tebaldi
PL 4746/2012	Institui a entrega domiciliar de medicamentos aos pacientes que especifica.	ASA	ppp-afc	Rodrigo Maia
PL 691/2015	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Explicação: Estabelece critérios para o fornecimento gratuito de medicamentos de uso continuado decorrentes de doenças crônicas e degenerativas aos idosos.	ASA	ppp-afc	Major Olimpio
PL 201/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as empresas distribuidoras de medicamentos, com sede ou atuação no País, colocarem à disposição de todas as drogarias e farmácias os medicamentos genéricos aprovados pelo Governo Federal e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	Pompeo de Mattos
PL 3171/2000	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), dispondo sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo não disponíveis na rede local do Sistema. Explicação: Atribui à direção municipal do SUS a competência para ressarcimento aos usuários as despesas com medicamentos de uso contínuo que não foram encontrados nas farmácias da rede pública ou conveniadas.	ASA	ppp-afc	Senado Federal - Arlindo Porto
PL 3899/2000	Dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamento de uso contínuo indisponível na rede local do Sistema. Explicação: Altera a Lei nº 8.080, de 1990.	ASA	ppp-afc	José Carlos Coutinho
PL 2099/1999	Dispõe sobre a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.	ASA	ppp-afc	Zaire Rezende
PL 3211/2000	Acrescenta à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, o inciso XIII e dá outras providências. Explicação: Obriga a direção municipal do SUS ressarcir os usuários dos gastos com medicamentos de uso contínuo, prescritos por médico integrante do SUS e não disponível nas farmácias próprias ou da rede conveniada.	ASA	ppp-afc	José Carlos Coutinho
PL 7446/2002	Estabelece a assistência farmacêutica no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde.	ASA	ppp-afc	José Carlos Coutinho
PL 3706/2004	Dispõe sobre distribuição de medicamentos para doenças crônicas e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	Eduardo Paes
PL 1836/2007	Altera o § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002, para acrescentar ao Sistema Único de Saúde - SUS o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, entre outros, necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.	ASA	ppp-afc	Senado Federal - Cícero Lucena
PL 3054/2008	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos de uso contínuo no domicílio de idosos, gestantes e pessoas com dificuldade de locomoção, através do Sistema Único de Saúde - SUS.	ASA	ppp-afc	Davi Alves Silva Júnior
PL 3167/2008	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos para portadores de doenças crônicas de baixa prevalência ou rara a pacientes da rede pública de saúde e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	Luiz Carlos Hauly

PL 8044/2010	Institui a Política Nacional de Medicamentos.	ASA	ppp-afc	Senado Federal - Papaléo Paes
PL 108/2011	Desonera dos tributos federais todos os medicamentos diretamente utilizados no tratamento do diabetes e da hipertensão arterial, e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	Sandes Júnior
PL 1097/2011	Dispõe sobre isenção de tributos incidentes sobre medicamentos.	ASA	ppp-afc	Reguffe
PL 1606/2011	Dispõe sobre a dispensação de medicamentos para doenças raras e graves, que não constam em listas de medicamentos excepcionais padronizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	ASA	ppp-afc	Marçal Filho
PL 2716/2011	Concede isenção e redução de alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP sobre as receitas de vendas de medicamentos para o tratamento do câncer, diabetes e hipertensão arterial. Explicação: Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 e a Lei nº 10.637, de 2002.	ASA	ppp-afc	Jhonatan de Jesus
PL 3383/2012	Cria a "Bolsa-Medicamento" no âmbito do Sistema Único de Saúde.	ASA	ppp-afc	Damião Feliciano
PL 3570/2012	Isenta os medicamentos do PIS/Pasep e da Cofins	ASA	ppp-afc	Eduardo da Fonte
PL 5316/2013	Obriga os estabelecimentos de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde a estampar em painéis a lista dos medicamentos disponíveis.	ASA	ppp-afc	Major Fábio
PL 5926/2013	Dispõe sobre incentivos fiscais à produção de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos.	ASA	ppp-afc	Dr. Jorge Silva
PL 7137/2014	Reduz em 50% as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda dos medicamentos que especifica.	ASA	ppp-afc	Átila Lins
PL 7686/2014	Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica, para estabelecer que todo medicamento vendido sob prescrição médica, medicamentos de uso contínuo, medicamentos de controle especial, medicamentos de venda livre, medicamentos essenciais, medicamentos para a atenção básica e medicamentos de interesse em saúde pública, conforme registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tenham direito à redução, pela metade, das alíquotas aplicadas sobre a receita bruta decorrente da venda dos mesmos.	ASA	ppp-afc	Roberto de Lucena
PL 7687/2014	Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica, para isentar da incidência da contribuição do PIS/Pasep e Cofins sobre a receita bruta	ASA	ppp-afc	Roberto de Lucena

	decorrente da venda de medicamentos de uso contínuo, medicamentos sujeitos à prescrição médica, medicamentos de controle especial, medicamentos de venda livre, medicamentos essenciais, medicamentos para a atenção básica e medicamentos de interesse em saúde pública, conforme registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)			
PL 169/2015	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação dos medicamentos elencados nas relações instituídas pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS. Explicação: Altera a Lei nº 10.147, de 2000.	ASA	ppp-afc	Thiago Peixoto
PL 2454/2015	Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para alterar a denominação e as competências da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED.	ASA	ppp-afc	Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Cartelização na Fixação de Preços e Distribuição de Órteses e Próteses, inclusive, com a Criação de Artificial Direcionamento da Demanda e Captura dos Serviços Médicos por Interesses Privados - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL
PL 3094/2015	Dispõe sobre a criação do Programa de Medicamentos ao Trabalhador-PMT, em complemento aos programas de saúde assistencial ou ocupacional.	ASA	ppp-afc	Pompeo de Mattos
PL 5119/2016	Estabelece que lista a ser definida pelo Poder Executivo para aplicação do regime de tributação de medicamentos, constante na Lei nº 10.147, de 2000, deverá prever produtos destinados ao tratamento de câncer.	ASA	ppp-afc	Caio Narcio
PL 5801/2016	Altera o art. 7º da Lei nº 13.021 de 8 de agosto de 2014, para definir as farmácias como unidades de prestação de serviços de saúde e ampliar o escopo de produtos e serviços que podem ser oferecidos nesses estabelecimentos.	ASA	ppp-afc	Rômulo Gouveia
PL 5998/2016	Acrescenta o § 3º ao art. 19-Q da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critérios diferenciados para a avaliação e a incorporação de medicamentos órfãos, destinados ao tratamento das doenças raras.	ASA	ppp-afc	Mariana Carvalho
PL 1988/2011	Dispõe sobre isenção de tributos ICMS, Cofins e a contribuição previdenciária (INSS), incidentes sobre operações com medicamentos destinados a uso humano.	ASA	ppp-afc	Camilo Cola
PL 2102/2011	Dispõe sobre a isenção dos tributos federais de todos os medicamentos diretamente utilizados no tratamento do diabetes e da hipertensão arterial, e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	Nelson Bornier

PL 6950/2013	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação dos medicamentos elencados nas relações instituídas pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS.	ASA	ppp-afc	Eleuses Paiva
PL 3791/2015	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para medicamentos	ASA	ppp-afc	Wilson Filho
PL 4243/2012	Dispõe sobre a gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para transplantes	ASA	ppp-dto	Felipe Bornier
PL 2288/2015	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências", para instituir a obrigatoriedade de priorização de espaço e de vaga para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.	ASA	ppp-dto	Senado Federal - Vital do Rêgo
PL 4069/1998	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Explicação: Acaba com a doação presumida; exige que a pessoa realize a autorização de retirada de órgãos "post mortem", deixando um documento assinado e com firma reconhecida, expressando sua disposição, ou fazendo constar essa declaração na carteira de identidade ou na carteira nacional de habilitação.	ASA	ppp-dto	JOSE PINOTTI
PL 4092/1998	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e dá outras providências". Explicação: Estabelece que a equipe de remoção e transplante não agira sem previa e obrigatória consulta a família ou aos responsáveis legais, quando houver manifestação contraria do doador; inclui benefícios a quem se tornar doador voluntario.	ASA	ppp-dto	HELIO ROSAS
PL 4125/1998	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Explicação: Exige que a lista única de receptor de órgão ou tecido seja publicada para que toda sociedade tenha conhecimento.	ASA	ppp-dto	Dalila Figueiredo
PL 943/1999	Proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível. NOVA EMENTA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL: Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamento, para proibir a inversão da ordem dos nomes constantes da lista única de espera, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível.	ASA	ppp-dto	Valdemar Costa Neto
PL 7398/2002	Altera o art. 9º da Lei nº 9.434, de 1997. Explicação: Estabelece procedimentos e documentação para petição de autorização judicial para doação de órgãos ou partes do próprio corpo vivo para pessoa que não seja cônjuge ou parente consanguíneo.	ASA	ppp-dto	Aloysio Nunes Ferreira
PL 2745/2003	Dispõe sobre as regras para elaboração da lista nacional de receptores de fígado do Sistema Nacional de Transplante. Explicação: Estabelece a elaboração da lista de receptores segundo índice matemático que conjugue tempo de inscrição e o estado de saúde do paciente.	ASA	ppp-dto	André de Paula
PL 912/2003	Modifica o dispositivo da Lei nº 10.211, de 23 de março de 2001, que alterou a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, inserindo o § 3º no art. 10 para permitir que a confecção da lista única de espera para transplantes passe a observar o grau de prioridade de emergência médica.	ASA	ppp-dto	Dr. Heleno

PL 4165/2004	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a Lei dos Transplantes, para inserir diretrizes sobre o funcionamento da lista única de espera.	ASA	ppp-dto	Rafael Guerra
PL 4320/2004	Altera o art. 10 da Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, para instituir mecanismos de transparência em relação à lista única de espera.	ASA	ppp-dto	Ann Pontes
PL 4389/2004	Dispõe sobre a gratuidade do traslado interestadual de cadáveres ou restos mortais humanos, bem como de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante, por empresas brasileiras de transporte aéreo.	ASA	ppp-dto	João Campos
PL 4582/2004	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a Lei dos Transplantes, alterando os arts. 2º, 3º, 4º, 6º, 11, e 13, acrescentando parágrafos aos arts. 3º, 4º, 9º, 11, e incluindo os arts. 10-A, 13-A e 13-B. Explicação: Altera normas para retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para fins de transplante ou tratamento.	ASA	ppp-dto	Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a atuação de organizações criminosas atuantes no tráfico de órgãos humanos.
PL 7674/2006	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a Lei dos Transplantes, instituindo as comissões de auditoria e a obrigatoriedade de divulgação de dados da lista única de espera.	ASA	ppp-dto	Mariângela Duarte
PL 437/2007	Altera o art. 10 da Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, para instituir mecanismos de transparência em relação à lista única de espera de transplantes.	ASA	ppp-dto	Elcione Barbalho
PL 2829/2008	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tornar a doação presumida, salvo manifestação de vontade em contrário.	ASA	ppp-dto	Ricardo Izar
PL 3560/2008	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, instituindo aperfeiçoamentos para estimular o aumento do número de doadores de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Explicação: Revoga a exigência de autorização da família para doação e passa a exigir a declaração de não-doador; estabelece a oferta gratuita de enterro para o doador de órgão.	ASA	ppp-dto	Arnon Bezerra
PL 5764/2009	Dispõe sobre a doação presumida de órgãos e tecidos para transplantes. Explicação: Altera o art. 4º da Lei nº 9.434, de 1997.	ASA	ppp-dto	Eliseu Padilha
PL 5371/2013	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para assegurar o atendimento da vontade das pessoas que houverem manifestado em vida o desejo de doarem tecidos, órgãos ou partes de seu corpo.	ASA	ppp-dto	Sandra Rosado
PL 889/2015	Altera a Lei no 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para inserir critério para retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica e dá outras providências.	ASA	ppp-dto	Baleia Rossi
PL 5480/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade das companhias aéreas brasileiras realizarem o transporte de órgãos.	ASA	ppp-dto	Ezequiel Teixeira

PL 3375/2015	Institui a Política de Assistência Estudantil no âmbito da educação superior pública federal.	ASA	ppp-esc	Senado Federal - Paulo Paim
PL 3474/2015	Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAE, regulamentando o decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 e dá outras providências. Explicação: Revoga o Decreto nº 7.234, de 2010.	ASA	ppp-esc	Reginaldo Lopes
PL 4028/2015	Institui a política nacional de assistência à saúde do estudante na rede pública de ensino.	ASA	ppp-esc	Marcelo Belinati
PL 5912/2013	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre os direitos básicos do consumidor de planos e seguros privados de assistência à saúde.	ASA	pri	Márcio França
PL 2295/2015	Estabelece diretrizes gerais para política de reajustes do setor de saúde suplementar visando à proteção dos direitos dos consumidores e à coexistência sustentável de planos de saúde individuais e de planos ou seguros coletivos de saúde.	ASA	pri	Rodrigo Garcia
PL 5246/2005	Inclui novo parágrafo e altera a redação do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Explicação: Proibindo a exigência de pagamento prévio ou cobrança de caução do consumidor que tenha necessidade de pronto atendimento; alterando a Lei nº 8.078, de 1990.	ASA	pri	Luiz Couto
PL 4076/2001	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor. Explicação: Inclui a cobertura de consultas, exames e demais procedimentos ambulatoriais de caráter preventivo.	ASA	pri	Henrique Fontana
PL 6482/2002	Dispõe sobre a possibilidade de as empresas ou capitais estrangeiros participarem direta ou indiretamente no setor de alta complexidade de prestação de serviços de saúde.	ASA	pri	Osmânio Pereira
PL 3058/2004	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", e dá outras providências. Explicação: Obriga as operadoras de planos de assistência à saúde a emitir relatório discriminando o valor cobrado pelo prestador, o reconhecido pela operadora, a glosa, os tributos e outros.	ASA	pri	Mário Heringer
PL 3940/2004	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 e dá outras providências. Explicação: Estabelece normas para o funcionamento das empresas operadoras de plano de saúde e o relacionamento entre operadoras, prestadores de serviços e usuários; altera a Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001.	ASA	pri	Dr. Pinotti
PL 7600/2006	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências. Explicação: Estabelece normas para o atendimento dos usuários de planos de saúde, o ressarcimento de despesas quando o atendimento for realizado pelo SUS ou seus conveniados, a adoção do Cartão Nacional de Saúde, atualização e divulgação da TUNEP - Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos.	ASA	pri	Dr. Pinotti
PL 8048/2010	Altera o art. 35-F da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para instituir política de assistência à saúde da criança e do adolescente no âmbito do Sistema de Saúde Suplementar.	ASA	pri	Senado Federal - Patricia Saboya
PL 1677/2011	Modifica o § 1º, do art. 16, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". Explicação: Estabelece o fornecimento de relação que contenha informações sobre hospitais, profissionais credenciados ou conveniados e suas respectivas especialidades médicas.	ASA	pri	Inocêncio Oliveira

PL 1763/2011	Acrescenta o § 2º e o inciso I ao § 2º, ambos do art. 13 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para assegurar aos beneficiários de planos de saúde coletivos, a permanência do direito ao atendimento à saúde, nos casos de inadimplência das operadoras com as empresas de planos de saúde, bem como possibilitar a migração desses beneficiários de planos coletivos para planos individuais de saúde, nas mesmas condições de cobertura.	ASA	pri	Reguffe
PL 3949/2012	Altera o texto da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre os serviços assistenciais vinculados a sindicatos.	ASA	pri	Edmar Arruda
PL 2274/2015	Altera a Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a aplicação da cláusula de reajustes dos planos e seguros privados de assistência à saúde.	ASA	pri	Rogério Rosso
PL 2582/2015	Altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998. Explicação: Veda a cobrança direta de valores do usuário por parte de prestador de serviço ou de profissional de saúde, a título de complemento para serviços cobertos pelo plano de saúde.	ASA	pri	Ronaldo Carletto
PL 69/2015	Acrescenta inciso IV ao art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 e dá outras providências. Explicação: Estabelece prazo de até 15 dias úteis entre a marcação da consulta e o atendimento médico ou marcação e realização de um exame.	ASA	pri	Pompeo de Mattos
PL 5977/2016	Regulamenta o procedimento infralegal previsto pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para a reclassificação das autogestões anteriores à data de publicação da Lei nº 9.656/98 que já disponibilizavam para os seus filiados benefício relacionado à assistência à saúde e dá outras providências.	ASA	pri	Simão Sessim
PL 5542/2013	Torna obrigatória a aquisição de seguro-saúde pelos estrangeiros que ingressarem no País, nas condições que especifica.	ASA	pri	Mandetta
PL 4097/2004	Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.	ASA	pro	Zenaldo Coutinho
PL 4889/2005	Estabelece normas e critérios para o funcionamento de Clínicas de Reprodução Humana.	ASA	pro	Salvador Zimbaldi
PL 2061/2003	Disciplina o uso de técnicas de Reprodução Humana Assistida como um dos componentes auxiliares no processo de procriação, em serviços de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.	ASA	pro	Maninha
PL 3002/2008	Regulamenta a prática da ortotanásia no território nacional brasileiro.	ASA	pro	Hugo Leal
PL 6544/2009	Dispõe sobre cuidados devidos a pacientes que se encontrem em fase terminal de enfermidade.	ASA	pro	Dr. Talmir
PL 4892/2012	Institui o Estatuto da Reprodução Assistida, para regular a aplicação e utilização das técnicas de reprodução humana assistida e seus efeitos no âmbito das relações civis sociais.	ASA	pro	Eleuses Paiva

PL 115/2015	Institui o Estatuto da Reprodução Assistida, para regular a aplicação e utilização das técnicas de reprodução humana assistida e seus efeitos no âmbito das relações civis sociais.	ASA	pro	Juscelino Rezende Filho
PL 379/2007	Dá nova redação aos arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ao art. 84 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", e ao art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade. Explicação: Agrava a pena para o agente que pratica crime de corrupção ativa e passiva, trazendo prejuízo a órgãos encarregados da saúde, educação, alimentação, medicamentos, saneamento básico, abastecimento de água e controle de resíduos sólidos; tipifica tais corrupções como crime hediondo; aumenta a penalidade para prática de atos de improbidade.	DIR	ccs	Paulo Rubem Santiago
PL 7868/2014	Reforma do Sistema Penal para aumentar sua eficácia no combate à violência, à corrupção e à impunidade, emprestando-lhe maior sistematicidade, criando novos delitos, agravando as penas e elevando seu limite, simplificando os ritos sem prejuízo do direito de defesa, dificultando a prescrição, ampliando a possibilidade de decretação das prisões processuais, e estabelecendo requisitos mais rigorosos para o livramento condicional e a progressão de regime de cumprimento de pena. Explicação: Altera os Decretos-Leis nºs 2.848 de 1940 e 3.698 de 1941 e as Leis nºs 8.666 de 1993; 8.072 de 1990; 7.210 de 1984 e 7.210 de 1984. Revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201 de 1967 e da Lei nº 8.137 de 1990.	DIR	ccs	André de Paula
PL 3295/2015	Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do agente público que desviar verbas públicas destinadas à saúde, à educação e à segurança pública, apropriando-se delas, desviando-as ou empregando-as irregularmente.	DIR	ccs	Fabricio Oliveira
PL 3065/2000	Acrescenta o inciso VII ao art. 323 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Explicação: Inclui como crime inafiançável os praticados em detrimento de verbas destinadas a saúde.	DIR	ccs	Almeida de Jesus
PL 221/2015	Acresce artigo à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tipificar a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza.	DIR	ccs	Jô Moraes
PL 407/2015	Acresce artigo à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tipificar como crime a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza.	DIR	ccs	Lelo Coimbra
PL 434/2015	Acresce artigo à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tipificar a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza.	DIR	ccs	Alice Portugal
PL 973/2015	Acresce artigo à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tipificar a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza.	DIR	ccs	Chico D'Angelo
PL 3011/2000	Altera o art. 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e acrescenta o inciso VI ao art. 323, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal. Explicação: Aumenta o prazo de detenção para 3 (três) anos para mau uso de verbas ou rendas públicas, e determina como crime inafiançável, o desvio de recursos públicos destinados a educação, saúde e assistência social.	DIR	ccs	Osvaldo Biolchi

PL 3824/2000	Define o crime de expor a vida, a integridade corporal, ou a saúde de alguém, por meio de recipiente de gás liquefeito de petróleo, defeituoso ou não requalificado, e dá outras providências.	DIR	ccs	José Carlos Coutinho
PL 6699/2002	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	DIR	ccs	José Carlos Coutinho
PL 6936/2002	Define o crime de expor a vida, a integridade corporal ou a saúde, de alguém, por meio de recipiente de gás liquefeito de petróleo, defeituoso ou não requalificado, e dá outras providências.	DIR	ccs	José Carlos Coutinho
PL 7079/2002	Estabelece as sanções penais aplicáveis pelo descumprimento das normas da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, referentes à coleta, ao processamento, à estocagem, à distribuição e à aplicação de sangue e de seus componentes derivados.	DIR	ccs	Poder Executivo
PL 3760/2004	Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos. Explicação: Tipifica como crime hediondo os crimes praticados contra a administração pública em detrimento dos direitos sociais constitucionais.	DIR	ccs	Wilson Santos
PL 2753/2008	Determina a possibilidade da aplicação de prisão temporária aos agentes que praticarem o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais. Explicação: Altera a Lei º 7.960, de 1989.	DIR	ccs	Edson Ezequiel
PL 3063/2008	Altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada.	DIR	ccs	Edio Lopes
PL 5853/2009	Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".	DIR	ccs	Damião Feliciano
PL 2518/2011	Altera dispositivos do Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estipular pena mais grave para os crimes de peculato, concussão, emprego irregular de verbas e rendas públicas, corrupção ativa e passiva quando referir-se a ações destinadas à saúde e educação. Explicação: A pena será aplicada em dobro.	DIR	ccs	Duarte Nogueira
PL 6975/2013	Altera e renumere-se o inciso VII-B do art. 1º da lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990).	DIR	ccs	Enio Bacci
PL 8028/2014	Excluir o inciso V, do § 1º-B, do art. 273 do DECRETO-LEI nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998. Explicação: Exclui dispositivo que pune quem importa, vende e expõe à venda produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais de origem ignorada.	DIR	ccs	Cleber Verde
PL 1048/2015	Tipifica o crime de perigo de contágio de moléstia incurável Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	DIR	ccs	Sóstenes Cavalcante
PL 1426/2015	Tipifica como crime o exercício ilegal das profissões de saúde de nível superior.	DIR	ccs	Mara Gabrilli

PL 2025/2015	Acrescenta os arts. 313-C e 333-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de "Enriquecimento Ilícito".	DIR	ccs	Carlos Manato
PL 2452/2015	Criminaliza as condutas perpetradas pela "Máfia das Órteses e Próteses". Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1991	DIR	ccs	Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Cartelização na Fixação de Preços e Distribuição de Órteses e Próteses, inclusive, com a Criação de Artificial Direcionamento da Demanda e Captura dos Serviços Médicos por Interesses Privados - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL
PL 1068/2015	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para configurar a ausência de notificação de doenças pelos profissionais da saúde como infração sanitária.	DIR	ccs	Padre João
PL 1936/2015	Atribui às autoridades municipais competência para aplicar penalidades no caso de infrações sanitárias. Explicação: Altera Lei nº 6.437, de 1977.	DIR	ccs	Marx Beltrão
PL 7467/2014	Assegura aos portadores de Diabetes Melito insulinodependente o direito de concorrerem às vagas reservadas a pessoas com deficiência em concursos públicos no âmbito da administração pública federal.	DIR	ddo	Hugo Motta
PL 4415/2012	Dispõe sobre a garantia de escolaridade às crianças internadas para tratamento de saúde por tempo indeterminado e superior a 90 (noventa) dias.	DIR	ddo	Roberto de Lucena
PL 4815/2012	Acrescenta o art. 24-D à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o Serviço de Apoio Especializado para Atividades da Vida Diária, destinado a pessoas com deficiência severa ou doenças raras com grande restrição de movimentos, com o objetivo de garantir sua autonomia e independência pessoal.	DIR	ddo	Mara Gabrilli
PL 4191/2004	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar.	DIR	ddo	Wladimir Costa
PL 4610/2004	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", para garantir acesso à educação a crianças e adolescentes internados em hospitais e demais instituições de atendimento à saúde.	DIR	ddo	Marcos de Jesus

PL 6297/2013	Dispõe sobre o acompanhamento escolar para alunos em tratamento de doenças crônicas.	DIR	ddo	Liliam Sá
PL 5982/2016	Acrescenta dispositivo à Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.	DIR	ddo	Professora Dorinha Seabra Rezende
PL 2428/2015	Altera os arts. 23 e 24 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, e dá outras providências, para prever a criação de programas de amparo aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas com doenças crônicas que necessitam de cuidados de longa duração.	DIR	ddo	Eduardo Barbosa
PL 478/2007	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990.	DIR	dev	Luiz Bassuma
PL 489/2007	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990.	DIR	dev	Odair Cunha
PL 4396/2016	Altera dispositivo do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) para prever aumento de pena no caso de aborto cometido em razão da microcefalia ou anomalia do feto.	DIR	dev	Anderson Ferreira
PL 8116/2014	Dispõe sobre a proteção ao nascituro.	DIR	dev	Alberto Filho
PL 5008/2009	Proíbe a suspensão de cuidados de pacientes em Estado Vegetativo Persistente.	DIR	dev	Dr. Talmir
PL 1313/2011	Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso.	DIR	did	Ricardo Tripoli
PL 4156/2015	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, para incluir os §§ 6º a 9º do art. 1º, para discriminar a responsabilidade civil, administrativa e penal do médico preceptor ou staff.	DIR	dirout	Augusto Carvalho
PL 3771/2015	Cria o Sistema de Proteção às Crianças e Adolescentes em Conflito com a Lei e dá outras providências. Explicação: Altera as Leis nº 7.210 de 1984; 12.850, de 2013; 11.343, de 2006; 8.069, de 1990; 12.594, de 2012; 8.242, de 1991; 8.429 de 1992 e 12.681, de 2012. Altera os Decretos-leis nº 2.848, de 1940 e 3.689, de 1941.	dir	dirout	Roberto Alves
PL 7351/2014	Implanta o sistema biométrico de identificação de recém-nascidos nas maternidades e hospitais públicos e privados.	DIR	dof	Arnaldo Jordy
PL 2952/2015	Acresce o art. 30-A à Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Explicação: Trata da instalação de postos de atendimento de serviço de registro civil de pessoas naturais em maternidades e hospitais	DIR	dof	Vinicius Carvalho

	públicos para emissão de certidão de nascimento e de certidão de óbito.			
PL 3054/2015	Institui o Programa de Registro Civil na Maternidade, e dá outras providências.	DIR	dof	Moema Gramacho
PL 5544/2016	Acrescenta art. 23-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, o Serviço de Apoio ao Cuidador Familiar.	DIR	dpc	Arnaldo Faria de Sá
PL 2855/1997	Dispõe sobre a utilização de técnicas de reprodução humana assistida e dá outras providências. Explicação: Inclui a fecundação in vitro, transferência de pre-embriões, transferência intratubária de gametas, a crioconservação de embriões e a gestação de substituição, a conhecida barriga de aluguel.	DIR	dre	Confúcio Moura
PL 1184/2003	Dispõe sobre a Reprodução Assistida. Explicação: Define normas para realização de inseminação artificial e fertilização "in vitro"; proibindo a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical.	DIR	dre	Senado Federal - Lucio Alcantara
PL 1135/2003	Dispõe sobre a reprodução humana assistida. Explicação: Define normas para realização de inseminação artificial, fertilização "in vitro", barriga de aluguel (gestação de substituição ou doação temporária do útero), e criopreservação de gametas e pré-embriões.	DIR	dre	Dr. Pinotti
PL 2558/1992	Dispõe sobre a necropsia como método de diagnóstico médico e de investigação médico-legal e dá outras providências	DIR	exp	Senado Federal - Francisco Rollemberg
PL 4518/2008	Altera o art. 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, de modo a agravar a pena cominada ao emprego irregular de verbas ou rendas públicas, em especial, às destinadas à saúde e educação. Explicação: Fixa a pena de reclusão de um a três anos.	DIR	rps	Lincoln Portela
PL 5641/2016	Dispõe sobre sanções aos entes federativos nos casos de atrasos ou interrupções de repasses de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - às entidades que especifica.	DIR	rps	Antonio Brito
PL 7585/2014	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	DIR	rps	Senado Federal - Humberto Costa
PL 361/2015	Dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas.	DIR	rps	Jorge Solla
PL 4430/2016	Dispõe sobre a Responsabilidade Médica Pública.	DIR	rps	Wilson Filho
PL 445/2015	Acresce artigo à Lei 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tipificar a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza.	DIR	ccs	Alceu Moreira

PL 2760/2015	Altera a redação do artigo 18 da lei de LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Explicação: Viabiliza a criação de uma conta específica no Sistema Único de Saúde pelo governo federal, a fim de aportar os recursos provenientes de condenações e devolução de dinheiro público desviados indevidamente pelos agentes públicos.	GRP	fin	Beto Rosado
PL 7763/2010	Dispõe sobre o repasse pela União Federal aos municípios dos valores superiores ao percentual de 15% da arrecadação em ações e serviços públicos de saúde e dá outras providências.	GRP	fin	Luiz Carlos Hauly
PL 1162/2011	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código Nacional de Trânsito - para estender a aplicação da receita arrecadada com cobranças de multas de trânsito nas rodovias federais aos fundos de saúde.	GRP	fin	Fernando Francischini
PL 3053/2015	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para incluir na multa reparatória às vítimas de crimes de trânsito parcela indenizatória às despesas realizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	GRP	fin	Christiane de Souza Yared
PL 4102/2015	Acrescenta artigo 328-A a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que trata do Código de Trânsito Brasileiro - CTB com o objetivo de obrigar os condutores de veículos automotores em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas legais ou ilegais a arcar com custos hospitalares das vítimas.	GRP	fin	Marcelo Belinati
PL 6313/2016	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre o ressarcimento de atendimentos de saúde prestados a usuários do SUS de outros municípios	GRP	fin	Ana Perugini
PL 2063/2015	Altera a Lei nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre a utilização e composição do Fundo Partidário.	GRP	fin	Jaime Martins
PL 2891/2011	Dispõe sobre incentivos ao fortalecimento da atenção primária, secundária e terciária de saúde e dá outras providências.	GRP	fin	Nelson Marchezan Junior
PL 2964/2015	Altera o Decreto-Lei n° 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre a aplicação dos recursos apreendidos nas operações de combate à corrupção e ao tráfico de drogas.	GRP	fin	Célio Silveira
PL 3302/2015	Dispõe sobre a aplicação mínima de recursos para a pesquisa e o desenvolvimento de diagnósticos, medicamentos e outros produtos para a saúde destinados ao tratamento de doenças raras, e destina parcela dos recursos recuperados em ações de ressarcimento ao erário da União às ações de atenção integral às pessoas com doenças raras no Sistema Único de Saúde. Explicação: Altera a Lei nº 10.332, de 2001.	GRP	fin	Pedro Cunha Lima
PL 575/2015	Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre transferências de recursos destinadas à execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	GRP	fin	Antonio Brito
PL 4869/2016	Acrescenta o art. 19-V à Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer que a União faça o ressarcimento de gastos dos Estados e Municípios com medicamentos não elencados, quando provenientes de decisão judicial.	GRP	fin	Fábio Sousa

PL 5978/2016	Cria a obrigação de recomposição dos gastos realizados pelo Sistema Único de Saúde Municipal receptor decorrentes do atendimento de cidadão domiciliado em Município diverso do de atendimento e dá outras providências.	GRP	fin	Simão Sessim
PL 2805/2008	Dispõe sobre a divulgação à população de informações sobre os Fundos Constitucionais.	GRP	ges	Silas Câmara
PL 64/2007	Cria o Índice Nacional de Responsabilidade Social - INRS e o Cadastro Nacional de Inadimplentes Sociais - CNIS.	GRP	ges	Vanderlei Macris
PL 849/2015	Cria o Índice Nacional de Vulnerabilidade Juvenil - IVJ e dá outras providências.	GRP	ges	Fábio Sousa
PL 6680/2002	Estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado Explicação: Determina que o Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional o Mapa da Exclusão Social, como parte integrante da prestação de contas anual.	GRP	ges	Eduardo Campos
PL 6951/2013	Dispõe o credenciamento de profissionais e de empresas da área de saúde, para o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) em nível ambulatorial.	GRP	ges	Ronaldo Nogueira
PL 2594/1996	Dispõe sobre as contas hospitalares no Sistema Único de Saúde e dá outras providências.	GRP	ges	Senado Federal - Lúcio Alcântara
PL 5503/2013	Acrescenta art. 39-A à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de avaliação e certificação da qualidade dos serviços hospitalares.	GRP	ges	Senado Federal - Vital do Rêgo
PL 1616/2015	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para atribuir competência à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) para participar do planejamento, da programação, do financiamento e da organização dos serviços de terapia intensiva, de urgências e emergências e de atendimento móvel de urgência; e institui permissão para tutela de unidade de terapia intensiva (UTI).	GRP	ges	Senado Federal - Vital do Rêgo
PL 1645/2015	Dispõe no âmbito do SUS sobre a integração das ações e serviços de saúde em regiões de saúde mediante contrato organizativo de ação pública da saúde, disciplina a associação regional de saúde e o atendimento integral	GRP	ges	Odorico Monteiro
PL 1646/2015	Altera o artigo 36, e seus parágrafos, e o artigo 37 da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Explicação: Trata do Plano Nacional Decenal de Saúde.	GRP	ges	Odorico Monteiro
PL 1721/2015	Altera dispositivos da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, inseridos pelo art. 142, da Lei no 13.097, de 19 de janeiro de 2015. Explicação: Trata da vedação da participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro na assistência à saúde.	GRP	ges	Jandira Feghali
PL 2748/2015	Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde - COAPS - como instrumento para pactuação de responsabilidades entre entes federados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - e dá outras providências.	GRP	ges	Betinho Gomes

PL 6234/2016	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para obrigar os estabelecimentos de saúde que façam atendimento pelo Sistema Único de Saúde a ter, nas condições que especifica, um Conselho Gestor com participação da comunidade	GRP	ges	Renata Abreu
PL 4212/2001	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de prontuários e seu acesso por pacientes.	GRP	ges-dus	Senado Federal - Emilia Fernandes
PL 362/2015	Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde e dá outras providências.	GRP	ges-dus	Jorge Solla
PL 4996/2016	Acrescenta inciso XIV ao art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a humanização das relações e dos processos de atenção e gestão em saúde, e estabelece o direito do usuário a acompanhante durante o atendimento ou a internação nos serviços de saúde e a visita aberta na internação.	GRP	ges-dus	Senado Federal - Ana Amélia
PL 6773/2016	Dispõe sobre o Plantão Nacional de Orientação via Teleatendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde - TELESSAÚDE.	GRP	ges-dus	Osmar Bertoldi
PL 3752/2012	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para estabelecer prazo de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS. Explicação: Estabelece prazo máximo de atendimento para a realização de exames diagnósticos e procedimentos para recuperação da saúde por meio do Sistema Único de Saúde - SUS.	GRP	ges-dus	Ronaldo Fonseca
PL 4841/2012	Dispõe sobre o tempo máximo de espera para realização de procedimentos médicos e ambulatoriais nas Unidades da Rede Pública de Saúde e dá outras providências.	GRP	ges-dus	Alberto Filho
PL 6266/2013	Estabelece prazos para o início efetivo do atendimento médico nos hospitais e demais unidades públicas de saúde federais, estaduais e municipais.	GRP	ges-dus	Sandro Mabel
PL 8160/2014	Estabelece prazos para o início do atendimento médico nos hospitais e demais unidades do Sistema Único de Saúde.	GRP	ges-dus	Luiz Carlos Busato
PL 1225/2015	Implanta o sistema biométrico de identificação de recém-nascidos nos hospitais e maternidades públicos e privados em todo o Brasil.	GRP	ges-dus	Roney Nemer
PL 3766/2015	Altera a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para instituir mecanismos de controle social sobre os recursos públicos de saúde.	GRP	ges-dus	André Abdon
PL 1459/2015	Estabelece prazo para a realização de cirurgia eletiva sensível ao tempo e dá outras providências.	GRP	ges-dus	Flávia Morais
PL 4387/2016	Estabelece prazos para realização de exames no Sistema Único de Saúde - SUS.	GRP	ges-dus	Wilson Filho

PL 4406/2016	Obriga o Sistema Único de Saúde a utilizar os critérios para realização de procedimentos adotados para os planos privados de saúde.	GRP	ges-dus	Célio Silveira
PL 4815/2016	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para obrigar o atendimento gratuito ao usuário do Sistema Único de Saúde - SUS - no local em que a atenção for buscada.	GRP	ges-dus	Caio Narcio
PL 6501/2016	Estabelece prazo máximo para a realização de consulta de retorno no Sistema Único de Saúde - SUS após a realização dos exames complementares.	GRP	ges-dus	Célio Silveira
PL 4817/2016	Dispõe sobre a isenção de tributos nos produtos necessários ao combate de doenças no período de surto epidêmico.	GRP	grpout	Mariana Carvalho
PL 5116/2009	Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que "Institui o Fundo de Universalização dos serviços de Telecomunicações - FUST". Explicação: Destina recursos do Fust com o fim de implantar e capacitar a conectividade "banda larga" com acesso à Internet em todos os programas e atividades do SUS, ampliando os projetos de telemedicina e telessaúde.	GRP	inf	José Genoíno
PL 1419/2007	Altera e acrescenta os artigos 4º e 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, a fim de destinar recursos desse Fundo para a implantação e manutenção de programas, projetos e atividades relacionados à universalização de serviços de suporte à telemedicina e à telessaúde.	GRP	inf	Rafael Guerra
PL 2785/2008	Altera o art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Explicação: Garante a destinação de recursos do FUST, para dar suporte às ações de telemedicina.	GRP	inf	Rebecca Garcia
PL 4517/2012	Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conferir a estabelecimentos de ensino regular e às instituições de saúde gratuidade no acesso à internet.	GRP	inf	Nilson Leitão
PL 117/2015	Institui a Política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Farmacêutico.	GRP	pes	Juscelino Rezende Filho
PL 297/2015	Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Explicação: Estabelece a criação, pelo CNPq, de um cadastro nacional de pesquisadores que teriam liberação imediata de mercadorias destinadas à pesquisa científica e tecnológica.	GRP	pes	João Fernando Coutinho
PL 3329/2015	Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.	GRP	pes	Senado Federal - Rodrigo Rollemberg
PL 4579/1998	Dispõe sobre o acesso a recursos genéticos e seus produtos derivados, a proteção ao conhecimento tradicional a eles associados, e dá outras providências. Explicação: Inclui sanções penais para os crimes contra o patrimônio genético, visando combater a biopirataria; regulamenta a Constituição Federal de 1988.	GRP	pes	Jaques Wagner

PL 3377/2000	Dispõe sobre a utilização e a pesquisa do código genético e dá outras providências. Explicação: Cria normas para a utilização e a pesquisa do Genoma. Altera a Lei nº 9.279, de 1996.	GRP	pes	Aloizio Mercadante
PL 3497/2004	Cria a Comissão Nacional de Bioética e dá outras providências.	GRP	pes	Ivan Valente
PL 6006/2005	Modifica a Lei nº 11.105, de 2005, a fim de se permitir o uso de células-tronco, obtidas por meio da clonagem terapêutica.	GRP	pes	Paulo Baltazar
PL 6032/2005	Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Bioética e dá outras providências. Explicação: Criando o CNBioética.	GRP	pes	Poder Executivo
PL 5078/2005	Estabelece e regulamenta os mecanismos para a proteção, promoção, reconhecimento e exercício da Medicina Tradicional, das Terapias Complementares e do patrimônio biogenético das populações indígenas e dá outras providências.	GRP	pes	Eduardo Valverde
PL 7211/2002	Acrescenta artigos à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Explicação: Penaliza a extração de material genético da flora e fauna brasileira, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, para pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, em desacordo com as leis ambientais, nocivos à saúde humana e ao meio ambiente, para fins econômicos ou ilícitos.	GRP	pes	PODER EXECUTIVO
PL 2360/2003	Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a pesquisa ou a coleta de amostras da flora brasileira.	GRP	pes	Mário Negromonte
PL 1934/1999	Regulamenta o uso e a divulgação do genoma humano.	GRP	pes	Dr. Hélio
PL 4818/2016	Autoriza o uso de fármacos, substâncias químicas, produtos biológicos e correlatos ainda em fase experimental e não registrados, por pacientes com doenças graves ou raras.	GRP	pes	Mariana Carvalho
PL 5017/2016	Dispõe sobre o uso compassivo de fármacos em fase experimental.	GRP	pes	Leandre
PL 6395/2005	Acrescenta parágrafo ao art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Explicação: Dispondo que no reconhecimento de cursos de graduação na área de saúde, bem como o aumento de vagas, dependerá de manifestação prévia favorável do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, conforme o caso.	GRP	rhs-foq	Sandes Júnior
PL 16/2007	Dispõe sobre as condições para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação em Medicina e para o credenciamento e o recredenciamento de instituições de ensino que os oferecem.	GRP	rhs-foq	Dr. Pinotti

PL 3845/2012	Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras.	GRP	rhs-foq	Eleuses Paiva
PL 4638/2012	Dispõe sobre a implantação de critérios de avaliação das escolas e dos estudantes de Medicina.	GRP	rhs-foq	Eleuses Paiva
PL 118/2015	Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras.	GRP	rhs-foq	Juscelino Rezende Filho
PL 119/2015	Dispõe sobre a implantação de critérios de avaliação das escolas e dos estudantes de Medicina.	GRP	rhs-foq	Juscelino Rezende Filho
PL 2928/2015	Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor acerca da revalidação e do reconhecimento simplificado de diplomas de cursos de graduação em medicina expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras	GRP	rhs-foq	Rocha
PL 4067/2015	Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Universidades Estrangeiras (Revalida).	GRP	rhs-foq	Senado Federal - Paulo Davim
PL 5699/2009	Dispõe sobre o incentivo para médicos e odontólogos atuarem em municípios com população de até vinte mil habitantes e dá outras providências.	GRP	rhs-imt	Luiz Carlos Hauly
PL 242/2015	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências para incorporar o Programa Mais Médicos.	GRP	rhs-imt	Luiz Couto
PL 6867/2010	Prevê a exigência de aprovação em exame de avaliação de conhecimento para o exercício de profissões ligadas à saúde.	GRP	rhs-rep	Paes de Lira
PL 650/2007	Acrescenta alínea "l" ao art.15 da Lei n° 3.268, de 30 de setembro de 1957, que " dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providencias." Explicação: Estabelece a realização de exame de admissão para o exercício profissional da Medicina.	GRP	rhs-rep	Ribamar Alves
PL 999/2007	Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que "Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências", instituindo exame de proficiência como condição para registro dos médicos nos Conselhos Regionais de Medicina, e dá outras providências.	GRP	rhs-rep	Marcos Medrado
PL 1129/2015	Obriga os bacharelados em medicina que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em estabelecimentos públicos do sistema de saúde, por período equivalente ao da graduação.	GRP	rhs-obg	Roney Nemer
PL 2592/2011	Institui o Programa Medicina Social - PMS. Explicação: Prestação remunerada de serviços médicos por recém-formados, à população carente.	GRP	rhs-obg	Edmar Arruda

PL 6029/2013	Cria e institui o PMC (Programa Médico Cidadão) com recursos advindos do Ministério da Saúde por meio do Governo Federal.	GRP	rhs-obg	Guilherme Mussi
PL 508/2003	Altera o art. 2º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, e dá outras providências. Explicação: Aumenta para 2 (dois) anos a duração da prestação de serviço voluntário.	GRP	rhs-obg	Carlos Sampaio
PL 5273/2009	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências. NOVA EMENTA: Dá nova redação aos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências. Explicação: Autoriza a admissão de voluntários maiores de dezoito e menores de vinte e três anos.	GRP	rhs-obg	Senado Federal - Pedro Simon
PL 3343/2008	Consolida a legislação federal em saúde. Explicação: Projeto lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.	OUT	dtsout	Rita Camata
PL 4247/2008	Consolida a legislação sanitária federal. Explicação: Projeto lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.	OUT	dtsout	Senado Federal - Tião Viana
PL 7520/2014	Dispõe sobre a instalação de mobiliário e equipamentos inclusivos nos espaços públicos e privados destinados à prática de atividades físicas.	PPC	atf	Afonso Hamm
PL 6106/2005	Dispõe sobre a realização de ações publicitárias no âmbito da Administração Pública Federal e dá outras providências. Explicação: Alterando a Lei nº 8.429, de 1992.	PPC	eds	Josias Quintal
PL 5328/2009	Dispõe sobre a veiculação de mensagens educativas nas faturas de cobrança e na correspondência de órgãos da Administração Pública Federal e de empresas concessionárias de serviços públicos.	PPC	eds	Jefferson Campos
PL 5691/2013	Regulamenta a transmissão de pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão, nos termos do art. XII da Constituição.	PPC	eds	Marcus Pestana
PL 7610/2014	Disciplina a publicidade institucional dos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, vedando as ações de governos restringindo-a a campanhas de utilidade pública	PPC	eds	Alfredo Sirkis
PL 3669/2015	Regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades públicas, da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 22, XXIX e do art. 37, § 1º da Constituição Federal.	PPC	eds	Alberto Fraga
PL 1986/2007	Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências, para	PPC	eds	Eduardo da Fonte

	tornar obrigatória a exibição de propagandas educativas, antes do início da exibição comercial de obras cinematográficas, em salas ou espaços de exibição públicos destinados à exploração de obras cinematográficas.			
PL 339/1995	Institui obrigatoriedade da veiculação gratuita, pelas emissoras de rádio e televisão do país, de mensagens alusivas e formas de prevenção contra a AIDS e dá outras providências.	PPC	eds	Jaques Wagner
PL 349/1995	Institui obrigatoriedade da veiculação gratuita, pelas emissoras de rádio e televisão do País, de mensagem alusivas e formas de prevenção contra a AIDS, e dá outras providências.	PPC	eds	Ana Julia
PL 2191/1996	Dispõe sobre a veiculação de mensagens educativas nos meios de comunicação social. Explicação: Inclui as telenovelas, teleteatros e demais programações.	PPC	eds	Jovair Arantes
PL 7670/2006	Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa sobre o câncer pelas emissoras de rádio e televisão.	PPC	eds	Chico Alencar
PL 2808/2008	Obriga a veiculação de publicidade de saúde pública pelas empresas de transportes coletivos urbanos.	PPC	eds	Silas Câmara
PL 337/2015	Dispõe que restaurantes e lanchonetes mantenham afixados cartazes que demonstrem a aplicação da manobra de Heimlich.	PPC	eds	Rômulo Gouveia
PL 5537/2016	Torna obrigatório o registro de identificação do comprador de produtos derivados de tabaco ou fumo. Explicação: Altera as Leis nº 8.069, de 1990 e 9.294, de 1996.	PPC	frc-tal	Rômulo Gouveia
PL 8272/2014	Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupo de veículos.	PPC	frc-trs	Beto Albuquerque
PL 1239/2015	Altera o § 2º do art. 302 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito), para prever a prática de homicídio doloso na direção de veículo automotor, se o agente conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou participar, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, acrescenta o inciso IX no artigo 1º na Lei 8.072/90, para incluir essa modalidade no rol de crimes hediondos.	PPC	frc-trs	Marcos Rotta
PL 317/2015	Altera a Lei N° 11.705 de 19 de Junho de 2008, para inibir e punir o consumo de substâncias psicotrópicas e entorpecentes por condutor de veículo automotor, nas condições que menciona.	PPC	frc-trs	Marco Antônio Cabral
PL 920/2015	Altera o caput do art. 218 e acrescenta dispositivo ao artigo 280 da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Explicação: Possibilita a aferição da velocidade de trânsito de veículos através do cálculo da velocidade média, constituído pela razão entre a distância percorrida pelo veículo e o tempo decorrido.	PPC	frc-trs	Hugo Leal

PL 976/2015	Altera o parágrafo único do art. 291 e o art. 301 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e acresce dispositivos ao mesmo diploma legal. Explicação: Torna inafiançáveis os crimes de trânsito e dispõe sobre normas processuais a eles aplicáveis.	PPC	frc-trs	William Woo
PL 896/2007	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre a verificação da dosagem de alcoolemia e de entorpecentes nos casos que especifica.	PPC	frc-trs	Carlos Eduardo Cadoca
PL 2438/2015	Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, estabelece a sua avaliação e dá outras providências	PPC	ppcout	Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil
PL 6160/2013	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo os medicamentos para uso humano e animal, seus resíduos e embalagens entre os materiais a serem submetidos ao sistema de logística reversa.	PPC	san-res	Major Fábio
PL 1109/2015	Altera a Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010 e dá outras providências Explicação: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos a fim de proibir o encaminhamento de resíduos de serviço de saúde para a disposição final sem tratamento específico.	PPC	san-res	Manoel Junior
PL 893/2015	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para dispor sobre o descarte de medicamentos, produtos médicos e produtos para diagnóstico de uso "in vitro". Explicação: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	PPC	san-res	Baleia Rossi
PL 604/2015	Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo - SINAC, e dá outras providências.	PPC	sep	Goulart
PL 1185/2015	Dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado.	PPC	van-esc	Lobbe Neto
PL 2333/2015	Altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 Explicação: Proíbe em definitivo e em nível nacional a oferta e venda em escolas públicas e privadas de alimentos calóricos e pouco nutritivos.	PPC	van-esc	João Marcelo Souza
PL 4204/2015	Dispõe sobre o fornecimento de merenda diferenciada para estudantes diabéticos, obesos e celíacos, com o objetivo de garantir a saúde desses estudantes, e dá outras providências.	PPC	van-esc	Marcelo Belinati
PL 1699/2003	Institui a Política de Prevenção e Controle dos Distúrbios Nutricionais e das Doenças Associadas à Alimentação e Nutrição no Sistema Educacional Brasileiro.	PPC	van-esc	Geraldo Resende

PL 7949/2010	Cria o programa de avaliação nutricional anual para os alunos da rede pública de ensino fundamental e dá outras providências.	PPC	van-esc	Francisco Rossi
PL 4361/2016	CRIA O PROGRAMA "ALIMENTAÇÃO PARA TODOS" NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO.	PPC	van-esc	Atila A. Nunes
PL 4952/2016	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a veiculação obrigatória, em emissoras de rádio e televisão, de campanha de saúde pública em caso de epidemia.	PPC	vep	Aureo
PL 5741/2001	Dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna nos Estados e Municípios e dá outras providências.	PPC	vep	Ana Corso
PL 2716/2007	Altera a Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Explicação: Proíbe a venda à criança e adolescente de substâncias que se equiparam ao álcool, drogas psicotrópicas depressivas, estimulantes ou perturbadoras do Sistema Nervoso Central e esteroides anabolizantes.	PPC	vis	Onyx Lorenzoni
PL 1297/1999	Determina a exibição, nas peças publicitárias veiculadas em todos os meios de comunicação, do número de registro dos produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, alterando o art. 23 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e o art. 58 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.	PPC	vis	Senado Federal - Romero Jucá
PL 6760/2010	Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que "define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências", com a finalidade de submeter ao regime de vigilância sanitária os equipamentos e produtos destinados à emissão de raios laser de uso médico, industrial, de entretenimento ou de quaisquer outras utilizações em que esteja envolvido risco à saúde humana individual ou coletiva.	PPC	vis	Senado Federal - Valdir Raupp
PL 116/2011	Cria o Certificado de qualidade e garantia de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico.	PPC	vis	Beto Albuquerque
PL 6520/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação e manutenção de comissões de segurança do paciente nos hospitais do País.	PPC	vis	Rômulo Gouveia
PL 2880/2000	Altera a redação do art. 7º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Explicação: Restringe a propaganda de medicamentos no rádio e na televisão, condiciona sua veiculação ao registro do produto no Ministério da Saúde.	PPC	vis-med	Luiz Bittencourt
PL 5532/2001	Impõe restrições à propaganda de medicamentos e terapias nas emissoras de rádio e televisão. Explicação: Altera a Lei nº 9.294, de 1996.	PPC	vis-med	Jaques Wagner
PL 1739/1999	Dispõe sobre a promoção e publicidade de medicamentos.	PPC	vis-med	Dr. Rosinha
PL 2322/2000	Dispõe sobre a regulamentação da propaganda de medicamentos no país e dá outras providências.	PPC	vis-med	Agnelo Queiroz

PL 2117/1999	Dá nova redação ao § 1º e revoga os §§ 3º e 4º do art. 7º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que "dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal". Explicação: Dispõe que a propaganda de medicamentos analgésicos, vitaminas, fitoterápicos e os de venda livre ficarão restritas as publicações especializadas e aos profissionais de saúde.	PPC	vis-med	Luiz Bittencourt
PL 2191/1999	Altera o art. 7º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 e o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, a fim de proibir a propaganda de medicamentos ao público.	PPC	vis-med	Vanessa Grazziotin
PL 2728/2003	Dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos.	PPC	vis-med	Carlos Eduardo Cadoca
PL 2121/2011	Dispõe sobre o descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo nas farmácias e drogarias e dá outras providências.	PPC	vis-med	Walney Rocha
PL 3598/2012	Altera a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País", para dispor sobre a prevenção de erros de medicação.	PPC	vis-med	Senado Federal - Rodrigo Rollemberg
PL 5254/2013	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências", para permitir o aviamento de receitas médicas e odontológicas em qualquer parte do território nacional, independentemente do local em que forem emitidas.	PPC	vis-med	Senado Federal - Jayme Campos
PL 6763/2013	Dispõe sobre a adoção obrigatória de sistema de controle de qualidade e de boas práticas de fabricação na produção dos medicamentos comercializados no território nacional.	PPC	vis-med	Gorete Pereira
PL 8123/2014	Estabelece condições simplificadas para o uso, a importação, e o fornecimento de medicamentos sem registro no país e sujeitos ao controle especial do órgão federal de saúde, em circunstancias de caráter exclusivamente emergencial, nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988.	PPC	vis-med	Takayama
PL 491/2015	Acresce o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências", estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos.	PPC	vis-med	Jorge Solla
PL 7097/2002	Institui o Código Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho.	PPC	vtr	Arnaldo Faria de Sá
PL 7222/2017	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para destinar recursos arrecadados com multas administrativas e com o perdimento de bens para as áreas de saúde e de educação.	GRP	fin	Jerônimo Goergen
PL 7658/2017	"Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tratar dos crimes contra o Sistema Único de Saúde - SUS".	DIR	ccs	Francisco Floriano
PL 6442/2016	Institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Explicação: Revoga a Lei nº 5.889, de 1973 e a Portaria nº 86, de 2005.	PPC	vtr	Nilson Leitão

PL 6670/2016	Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNARA, e dá outras providencias.	PPC	vam	Comissão de Legislação Participativa
PL 6898/2017	Institui a Política Nacional de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos (PNCDA) e altera a Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a Lei n°9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010.	PPC	vis	Senado Federal - Ataídes Oliveira
PL 6777/2016	Obriga a divulgação de mensagem de incentivo a doação de sangue em produções cinematográficas patrocinadas pelo Governo Federal.	ASA	ppp-dto	Mariana Carvalho
PL 8664/2017	Acrescenta o artigo 11-A na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para obrigar a divulgação de incentivos à doação de órgãos para transplante em produções cinematográficas patrocinadas pelo governo federal.	ASA	ppp-dto	Miguel Haddad
PL 5937/2016	Inclui um inciso III ao art. 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, e altera a redação do art. 8º-B da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, criando a possibilidade de prestação de serviço voluntário, nas forças auxiliares e reserva do Exército, do reservista de 1ª categoria, que concluiu o serviço militar obrigatório nas condições que estabelece.	GRP	rhs	Jô Moraes
PL 5712/2016	Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos). Explicação: Aumenta a pena de homicídio culposo praticado por motorista sob efeito de álcool ou de substância psicoativa e em decorrência de participação de "racha" e tipifica o homicídio como crime hediondo.	DIR	ccs	Delegado Waldir
PL 8338/2017	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito (SOAT) e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 9.503, de 1997 e 8.212, de 1991. Revoga a Lei nº 6.194, de 1974.	DIR	dvi	Lucas Vergilio
PL 6941/2017	Altera a Lei nº 9.656, de junho de 1998, acrescendo as definições dos tipos de contratações dos planos privados de assistência à saúde e estabelece obrigações para administradoras e operadoras de planos de assistência à saúde	ASA	pri	Jozi Araújo
PL 7505/2017	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a eficiência do sistema público de saúde.	GRP	ges-dus	Fábio Sousa
PL 4875/2016	Insere no rol de crimes hediondos a retirada de partes do corpo humano em desacordo com a lei, aumenta a pena prevista e tipifica o crime de declaração irregular de morte encefálica. Explicação: Altera as Leis nº 8.072, de 1990 e 9.434, de 1997.	DIR	ccs-tro	Vinicius Carvalho
PL 4919/2016	Altera a lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para aperfeiçoar a capacidade do Estado brasileiro em identificar e punir as condutas relacionadas ao comércio ilegal de órgãos.	DIR	ccs-tro	Diego Garcia
PL 4947/2016	Altera a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. Explicação: Fixa valor mínimo na sentença condenatória de traficante destinado à reparação de danos causados à saúde pública pelo tratamento de usuários de drogas.	GRP	fin	Delegado Waldir
PL 5559/2016	Dispõe sobre os direitos dos pacientes e dá outras providências.	GRP	ges-dus	Pepe Vargas

PL 7605/2017	Institui o Estatuto da Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas e dá outras providências	PPC	frc-dro	Eduardo da Fonte
PL 7676/2017	Cria o "Orçamento Criança" e dá outras providencias.	GRP	ges	Creuza Pereira
PL 8026/2017	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que "dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências" e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 que "Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei no 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei no 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nos 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências".	PPC	vam	Luzia Ferreira
PL 6776/2016	Institui o programa de destinação dos medicamentos vencidos Explicação: Altera a Lei nº 12.305, de 2010.	PPC	vis-med	Mariana Carvalho
PL 7251/2017	Acrescenta o inciso VII ao art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para submeter os medicamentos ao sistema de logística reversa previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.	PPC	vis-med	Ronaldo Martins
PL 4442/2016	TORNA OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PELAS RESPECTIVAS CONCESSIONÁRIAS, NA FORMA QUE MENCIONA.	PPC	san	Átila A. Nunes
PL 1699/2015	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer parâmetros aplicáveis à gestão de recursos humanos no âmbito de instituições integradas ao Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.	GRP	rhs-imt	Benjamin Maranhão
PL 5779/2016	Altera o Art. 8º parágrafo VI e o § 1º do inciso VII da lei nº 9.656 de junho de 1998 - Lei dos Planos de Saúde Privados. Explicação: Dispõe sobre as entidades de autogestão em saúde.	ASA	pri	Simão Sessim

PL 6175/2016	Altera o art. 32, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para ressarcir o ente federativo que prestou o serviço.	GRP	fin	Rafael Motta
PL 6376/2016	Estabelece os direitos básicos dos usuários atendidos em unidades públicas de saúde.	GRP	ges-dus	Vinicius Carvalho
PL 7268/2017	Acrescenta dispositivo à Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir, através do Sistema Único de Saúde (SUS), tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem.	ASA	ppp	Waldir Maranhão
PL 7990/2017	Dispõe sobre a transparência e publicidade de relações financeiras estabelecidas entre a indústria da área da saúde e os médicos.	DIR	dirout	Geraldo Resende
PL 8222/2017	"Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre indicadores de gestão na saúde".	GRP	ges	Francisco Floriano
PL 8440/2017	Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços e dá outras providências", para estabelecer normas gerais sobre a política de recursos humanos na área de saúde.	GRP	rhs-imt	Hugo Leal
PL 8510/2017	Altera o art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para tornar obrigatório o uso do registro de preços na aquisição de medicamentos e insumos clínicos e hospitalares descartáveis por unidades do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.	GRP	ges	Norma Ayub
PL 7410/2017	Consolida a legislação do Sistema Financeiro Nacional, em cumprimento aos artigos 13 e 14 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Explicação: Altera a Lei nº 8.213, de 1991. Revoga as Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, os arts. 8º a 11, 65 a 69 e 81 da Lei nº 9.069, de 26 de junho de 1995, a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, a Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, os arts. 6º a 15 da Lei nº 12.685, de 9 de outubro de 2013, a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, o Decreto-Lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, a Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975, a Lei nº 6.840, de 3 de novembro de 1980, os arts. 12 a 52 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, o art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a Lei Complementar nº 106, de 23 de março de 2001, a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Projeto de lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.	ASA	pri	Comissão de Finanças e Tributação
PL 4402/2001	Declara revogado o Decreto-Lei nº 20, de 14 de setembro de 1966, e os demais atos que menciona, relativos a matéria trabalhista. Explicação: Projeto lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.	DIR	dtp	Poder Executivo